

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
POLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES
GEOGRAFIA

Guilherme de Oliveira Queiroz

**Conceito de Paisagem e o papel da *descrição* praticada por Vidal de La
Blache: contribuição para o ensino de uma geografia com imagens.**

Campos

2014

GUILHERME DE OLIVEIRA QUEIROZ

Conceito de Paisagem e o papel da *descrição* praticada por Vidal de La Blache: contribuição para o ensino de geografia com imagens.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia como requisito para a conclusão do curso de graduação em Geografia (modalidade: Licenciatura) da Universidade Federal Fluminense.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Sampaio Malagodi

Campos

2014

GUILHERME DE OLIVEIRA QUEIROZ

Conceito de Paisagem e o papel da *descrição* praticada por Vidal de La Blache:
contribuição para o ensino de geografia com imagens.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Geografia como requisito para a conclusão do curso de graduação em Geografia (modalidade: Licenciatura) da Universidade Federal Fluminense.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antonio Sampaio Malagodi – UFF PUCG
Orientador

Prof. Dr. Guilherme da Silva Ribeiro - UFRRJ

Prof^a. Dr^a Maria do Socorro Bezerra de Lima – UFF PUCG

Campos

2014

À Isabela,

minha estrelinha!

AGRADECIMENTOS

Pode não parecer mas a seção de agradecimentos é uma parte demasiadamente difícil. Pudera: como posso negligenciar o fato de que um sem número de pessoas colaboraram das mais diversas formas para que eu chegasse até aqui?

Mas alguns nomes não poderiam deixar de ser citados, pois marcaram minha trajetória indiscutivelmente, tanto na parte acadêmica quanto na esfera pessoal. Nesse caso, preciso lembrar de minha avó materna, Iraci, que me escreveu uma cartinha (que está guardada até hoje!) me parabenizando por ter passado no vestibular e dizendo o quanto se orgulhava de mim. Mas não é só por isso que eu tenho que agradecê-la... Ela sempre esteve do meu lado, em todos os problemas. Me recordo até hoje da sensação de ser cuidado por ela com o maior zelo do mundo só porque eu estudava, como se estudar fosse a coisa mais sagrada do mundo... Estímulo maior eu não conheço.

À minha mãe, Angélica, também devo muitos agradecimentos. Ela está sempre do meu lado, sempre torcendo por mim, e orgulhosa de mim, mesmo que ela tenha dificuldade de demonstrar devido ao orgulho. Eu sinto a felicidade que ela tenta esconder quando me vê dedicado a estudar. Lembro a felicidade que ela não conseguiu disfarçar quando me viu comemorar o fato de ter passado no vestibular e lembro quando, ainda criança, cercado de livros de astronomia, disse para meus irmãos: “isso que é pesquisar”. Qual o peso que esta frase teve na minha vida? Bom, continuo pesquisando até hoje...

Sinto que estou terminando a graduação com uma perspectiva de mundo totalmente diferente da que possuía quando entrei. Deve ser o tal poder de transformação da educação. Algumas pessoas têm um lugar especial nisso. Assim, sou obrigado a agradecer meu orientador, professor Marco Malagodi. Não é possível demonstrar isso em meia dúzia de palavras. Entretanto, posso dizer que aprendi lendo Paulo Freire que não é função do professor transmitir conhecimento e ele também não deve se julgar superior ao aluno. É preciso que o professor assuma sua condição de “inacabado”. Ele deve exercitar a humildade, e, por isso, deve aceitar o outro diferente dele (com suas experiências e seus saberes), porque ele próprio não sabe tudo, não é dono do saber. Mas quantos exemplos de professores assim nós conhecemos? Se me fizessem essa pergunta, a resposta, para mim, seria muito simples. Professor Marco nunca se dirigiu a ninguém olhando “de cima para baixo”. Nunca vi outra coisa nele que não fosse humildade e alteridade (fora a inteligência absurda!). Ele sempre

esteve aberto a ouvir e aprender com o aluno, sem deixar que a arrogância de alguns de seus colegas que acreditam o contrário o contagiasse. Isso não tem preço!

Aliás, devo agradecer aos professores arrogantes, que dizem ao aluno “seja humilde” como quem diz “sou o doutor e você não é ninguém!”, frase que já tive a felicidade de ouvir. Posso dizer “felicidade” porque, sem querer, vocês me ajudaram muito! Não tenho raiva! Vocês me desafiaram, me estimularam e só tenho a agradecer por isso...

Gostaria de agradecer imensamente ao professor Guilherme Ribeiro pela atenção e paciência que sempre teve comigo, além do fato de ter plantado no meu coração o gosto pela pesquisa em epistemologia e história do pensamento geográfico. Tá aí um cara que admiro muito pela inteligência e por tratar os alunos como se fossem iguais, sem pedantismo.

Preciso agradecer, ainda, aos professores Marcos Silvestre, Viviane Caetano, Maria do Socorro, Silvana Silva, Glauco Bruce e Eloiza Dias Neves pela importância marcante na minha formação acadêmica. Muito desse novo mundo que apareceu diante de meus olhos eu devo a vocês.

Preciso agradecer também aos meus colegas de UFF: Igor Paolo, Hugo Montesano, Edlane Cruz, Rômulo Beraldi, Aparecida Queiroz, Reginaldo Firmo, Maytê Gomes, Carolina Cidade, Everton Gama, Hélio Passos, Zélia Thomaz, Fátima Virginia, Carla Pontes, Fernanda Chriscila, Plínio César, Myrella Bizzo, Vanessa Justino, Artur Fontes, Fabiana Tavares e tantos outros... Alguns destes nomes já são mais do que colegas, são quase irmãos se pensar nos anos, nas alegrias e percalços que dividimos nesta trajetória que foi o curso de geografia... Eu não sei nem dizer o quanto vocês me ensinaram, sem mencionar a amizade que sempre dispensaram a mim. Em especial, devo agradecer a Igor, Hugo e Zélia (os Malagodi's brothers) que dividiram comigo as orientações e ensinamentos do professor Marco.

E agora sim, eu gostaria de agradecer a pessoa mais importante da minha vida: Isabela, meu grande amor. Nada disso teria sentido sem você! Eu devo a você o fato de ter chegado até o fim dessa jornada! Eu devo a você o fato de ter entrado na universidade, e eu nem sei o que mais devo a você... Só sei que é muito mais do que jamais poderei pagar! Você me estimulou a estudar para o vestibular, você me trouxe uma perspectiva de futuro e você me deu inúmeras felicidades... Sua capacidade de me fazer alegre é enorme, muito maior do que imagina. Obrigado por todo o apoio, carinho, compreensão e companheirismo. Minha vida mudou radicalmente depois que nos encontramos. Sendo assim, obrigado por ter caminhado ao meu lado todos esses anos. Te amo sem fim!

Contra o positivismo, que pára perante os fenômenos e diz: 'Há apenas fatos', eu digo: 'Ao contrário, fatos é o que não há; há apenas interpretações.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

A trajetória da noção de paisagem começa com os pintores renascentistas a partir do desenvolvimento da técnica da perspectiva que possibilitou que os artistas representassem a natureza. Este período permitiu o surgimento do interesse pela paisagem entre os europeus. Com Alexander von Humboldt, a paisagem se torna um conceito na geografia. A partir disso, buscamos percorrer a trajetória do conceito de paisagem desde as origens da geografia cultural até a nova geografia cultural. Entretanto, se hoje os geógrafos entendem que a paisagem é composta tanto de formas objetivas quanto é constituída de uma dimensão de sentidos socialmente atribuídos, qual seria a relevância do pensamento elaborado por Vidal de La Blache, haja vista que ele se dirigiu às formas da paisagem? Desse modo, buscamos responder esta pergunta procurando investigar o pioneirismo da geografia vidaliana, especificamente no tocante à descrição das paisagens, método este que acaba por situar a ciência geográfica no rol das ciências interpretativas. Concluimos que aí residiria o subsídio para um ensino de geografia auxiliado pelas imagens, mas que seja apoiado na natureza interpretativa da geografia.

Palavras-chave: Epistemologia, Paisagem, Vidal de La Blache, Descrição, Ensino.

ABSTRACT

The trajectory of the concept of landscape begins with the Renaissance painters from the development of the technique of perspective that allowed artists to represent nature. This period allowed the emergence of interest in the landscape between Europeans. Alexander von Humboldt, the landscape becomes a concept in geography. From this, we seek to traverse the trajectory of the concept of landscape from the origins of cultural geography to the new cultural geography. However if currently geographers understand that landscape is composed of both objective forms as it consists of a dimension of meaning socially assigned, what is the relevance of thought elaborated by Vidal de La Blache, since he addressed the forms of the landscape? Thus, we answer this question investigating the pioneering vidalian geography, specifically as regards the description of landscapes, which method that puts the geographical science in the list of interpretive sciences. We concluded that there are benefits to teaching geography aided by the pictures, but is compatible with nature interpretive geography.

Keywords: Epistemology, Landscape, Vidal de La Blache, Description, Teaching.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E A RELAÇÃO SUJEITO E OBJETO - CONSEQUÊNCIAS PARA O DEBATE GEOGRÁFICO	16
DA NOÇÃO AO CONCEITO DE PAISAGEM	28
PAISAGEM NATURAL E PAISAGEM CULTURAL	36
NOVAS INTERPRETAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM – NOVA GEOGRAFIA CULTURAL	38
O CONFLITO FRANCO-PRUSSIANO E A HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. ASPECTOS HISTÓRICOS DA QUESTÃO.....	40
UM DEBATE SOBRE A DESCRIÇÃO COMO MÉTODO DA GEOGRAFIA VIDALIANA.....	43
DIMENSÃO ESTÉTICA EM VIDAL DE LA BLACHE E INDÍCIOS DE UM MÉTODO INTERPRETATIVO.	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

Introdução

Antes de tudo, deixemos explícita nossa perspectiva acerca da produção do conhecimento: cremos que o investigador é quem confere inteligibilidade ao mundo dos fenômenos. Ele não está descolado da história, tampouco do espaço. Pensar desta forma implica reconhecer as determinações que atravessam qualquer discurso, seja ele científico ou não.

Tendo dito isto, enxergamos com desconfiança a suposta neutralidade em relação à influência do lugar e do tempo frente ao conhecimento científico. Consideramos, isso sim, que todo discurso é uma postura; uma leitura de mundo; uma perspectiva, sendo o objeto da ciência uma construção intelectual. Em última análise, pensar assim nos autoriza a incluir outros pontos de vista frente ao mundo dos fenômenos, levando em conta que a ciência é apenas um deles. Esta abordagem não recusa dialogar com a arte, por exemplo, tomada como outra forma de se relacionar com o mundo. Aliás, registre-se que uma das raízes da geografia é a pintura. É isto que afirma Jean-Marc Besse:

Os historiadores, inúmeras vezes, chamaram a atenção para o fato de que o vocabulário utilizado no século XVI, para descrever as representações geográficas, era idêntico àquele utilizado para a pintura de paisagem. Tal aproximação entre cartografia e representação artística das paisagens se verifica em vários pontos (BESSE, 2006, p. 17).

Exemplo simples disso é a constatação, em 1581, de Pierre Apian em sua obra intitulada *Cosmographie*: “Geografia [...] é como uma forma ou figura e imitação da *pintura* da Terra” (APIAN apud BESSE, 2006, p. 18, grifo nosso). Na verdade, conforme aponta Besse, os nomes de pintores e cientistas dos séculos XVI e XVII que utilizaram metáforas para representar as paisagens são inúmeros. Conradus Celtis (1459 - 1508) “compara o tratado cosmográfico de Apulée, que ele edita em 1497, a uma *pequena pintura* que mostra ‘como e porque o universo é unido e mantido em sua forma’” (BESSE, 2006, p. 18, grifo nosso). Johannes Cuspinian: “nas aulas sobre Hipócrates, que ele ministra na Universidade de Viena

no ano de 1506, promete descrever ‘a Terra sobre um *pequeno quadro, como fazem os pintores*’” (BESSE, 2006, p. 18, grifo nosso).

Desse modo, Besse afirma que:

A circulação das palavras acompanha, na verdade, uma plasticidade das práticas, ou mesmo uma indistinção dos gêneros disciplinares. Na Itália, na Alemanha ou nos Países Baixos dos séculos XVI e XVII, numerosos artistas, pintores ou gravadores, como Pieter Pourbus, Hieronimus Cock, Jacopo de’Barbari, Joris Hoefnagel, Leonardo da Vinci, Cristoforo Sorte, Rafael, realizam mapas, em diferentes escalas, bem como vistas topográficas. [...] O olhar do pintor e o olhar do cartógrafo não são então separados, mesmo que eles não se confundam. Eles participam de uma mesma atitude cognitiva, e de uma mesma competência visual, que eles partilham na época com os médicos, os arquitetos, os engenheiros [...] (BESSE, 2006, p. 18-19).

Tendo em vista a relação entre geografia e pintura, julgamos ser de grande importância ressaltar o fato de que a origem da noção de paisagem remonta a época das pinturas renascentistas, quando os artistas experimentaram avanços nas técnicas de representar a natureza, como é o caso da perspectiva. Nos Países Baixos, o termo *landskip* era utilizado para designar os quadros que representavam a natureza tal como a percebemos. Nesse sentido, Cauquelin (2007) discute o fato de que a noção de paisagem é criada como sinônimo de natureza, ideia esta tão arraigada que tem determinado nossa percepção visual. Nesse sentido, a discussão apresentada neste trabalho aponta para a questão de que nossa percepção visual e a própria paisagem foram historicamente produzidas.

Posteriormente, a ideia de paisagem foi transformada em conceito pela geografia alemã – especificamente por Alexander von Humboldt –, sob a forma de *landschaft*. Este conceito será responsável por dar unidade à ciência geográfica por muitas décadas, sobretudo pelo fato de muitos dos seus estudiosos apontá-la como a ciência da paisagem.

No decorrer da história do pensamento geográfico, o conceito de paisagem sofreu grandes mudanças. É no século XIX que a paisagem passa a ser vista como interface entre homens e natureza. Esta influência provém da obra do geólogo Edward Sues (1831 – 1914), para quem a paisagem era interface entre litosfera, hidrosfera e atmosfera. A concepção de paisagem como interface entre homens e natureza é o marco do surgimento da Geografia Humana na Alemanha entre os anos de 1880 e 1890, capitaneada por Friedrich Ratzel, que ecoará em diversos países da Europa, sobretudo na França.

Entretanto, com o intuito de julgar o valor da escola inaugurada por nosso investigado – Paul Vidal de La Blache –, buscamos apresentar que a forma como os franceses descrevem

a paisagem é diferente da forma como os alemães o fazem. Entre os primeiros, a dimensão cultural é uma característica bem definida, visto que investigam a diversidade das regiões, mas sempre relacionando as mesmas às atividades humanas. Então, geógrafos como Jean Brunhes e Pierre Deffontaines (discípulos de Vidal de La Blache) procuram conhecer as identidades regionais integrando as marcas humanas e as marcas da natureza. Por outro lado, os alemães buscaram compreender a gênese das formas da paisagem dando maior ênfase à biosfera e às formas de relevo, configurando uma análise mais biológica e mais ecológica.

Não nos propusemos esgotar a discussão sobre as diversas abordagens do conceito de paisagem, mas percorrer a trajetória deste conceito para compreendermos como ele é entendido na nova geografia cultural.

Desta feita, cumpre ressaltar a seguinte questão: se a nova geografia cultural (com a qual nos identificamos e que se estende dos anos 1970 até o presente) tem dado maior importância à dimensão sócio-cultural da paisagem, isto é, se esta abordagem busca relacionar a paisagem a um sujeito social que lhe atribui sentido – interpretação esta que afasta-se dos estudos que limitam-se apenas à sua morfologia –, o que justifica nosso interesse por Paul Vidal de La Blache? É notório o interesse deste geógrafo para com a descrição das formas da paisagem. Sua preocupação com um registro das formas já não é indício suficiente para o identificarmos com o positivismo? Por que estudá-lo? Certamente, estas são questões que podem sugerir uma grande contradição.

Consideradas as afirmações e os questionamentos acima, esclarecermos nossa posição acerca do pensamento de Vidal: consideramos que a descrição das paisagens praticada por nosso investigado, em grande medida, já é argumento suficiente para afastarmos seu pensamento da tendência positivista da época. Trata-se de um método cujo objetivo não é o estabelecimento de leis gerais que explicariam todos os lugares. Sua busca é a identificação das particularidades dos lugares. Entretanto, Vidal não se restringiu à escala local; não se trata de um autor localista. A geografia, em sua perspectiva, devia se apoiar no princípio da unidade terrestre em que nenhum fenômeno na Terra existe isoladamente. Segundo o próprio Vidal: “qualquer que seja a fração da Terra que estude, ele não pode nela se fechar. Um elemento geral se introduz em todo estudo local” (VIDAL DE LA BLACHE apud RIBEIRO, 2008, p. 80). Nesse caso, não se pode estudar o local sem considerar o todo. Esta linha de pensamento integra o local e a Terra, como num jogo de escalas. Sobre este aspecto da obra vidaliana, Ribeiro afirma que

Dada a evidência de que os lugares não são “auto-sustentáveis”, ou seja, não possuem a totalidade das condições físicas e humanas necessárias para a sobrevivência de suas populações, há uma dependência entre eles onde, inevitavelmente, as escalas se articulam (RIBEIRO, 2008, p. 55).

A atenção de Vidal dirige-se ao estudo da distribuição das populações colocando em relevo tanto a importância da influência do meio na indústria humana quanto o poder de resistência do homem frente às imposições do ambiente. Isto se destaca no seguinte trecho escrito por Ribeiro:

Gostaríamos de levantar uma hipótese. Para nós, a questão de fundo perseguida por Vidal é a seguinte: como o homem, ao mesmo tempo tão tributário da natureza, foi capaz de superá-la (não totalmente, decerto), tornando habitável (e conhecida) boa parte de superfície terrestre? (RIBEIRO, 2012, p. 37)

Diante disto, Vidal se afasta simultaneamente da tentação de aderir a um darwinismo social e da tentativa de explicar o homem encerrando-se nele. Ribeiro, na esteira desta discussão, referindo-se ao fato de que o mestre francês ajudou a edificar uma ciência *sui generis*, na medida em que considerava tanto o conhecimento das “ciências naturais” quanto das “ciências humanas”, afirma que:

[...] embora [Vidal] faça coro à noção de evolução, nem por isso corrobora com a perspectiva do darwinismo social — a fim de, p.ex., explicar o Colonialismo. O antídoto é a história, em que os homens não se prendem à escala local, estabelecem relações entre lugares longínquos, agrupam-se numerosamente nas cidades e formam poderosos Estados Nacionais. Entretanto, não se trata de uma história linear e fatalista cujo destino conduzirá inevitavelmente ao progresso. Desta vez, o antídoto é o meio, fator decisivo na diferenciação do processo histórico. Este singular amálgama liga-se a uma concepção em que homem e meio estão em profunda coesão, numa aberta recusa ao ponto de vista dicotômico sacramentado pela ciência moderna (RIBEIRO, 2008, p. 77).

Diante do exposto, necessário reconhecer o fato de que a geografia vidaliana preocupou-se somente com a fisionomia das paisagens. No entanto, imperioso frisarmos que, se a paisagem deve ser pensada considerando a dimensão das representações, é imprescindível considerar uma infinidade de representações, incluindo a abordagem científica, conforme apontou Jean-Marc Besse (2006). Neste caso, a dimensão objetiva da paisagem não deve ser interdita em nome do aprisionamento na dimensão dos sentidos. Ela deve, porém, ser

pensada como um *híbrido*, na medida em que ela é simultaneamente, composta de elementos físicos que antecedem ao homem - e que explicam, em parte, o movimento da natureza - e criação humana mediada pela atribuição de sentidos.

Com isso, Jean-Marc Besse (2006) procura evitar a lógica que interdita o olhar do cientista frente à paisagem. O autor sugere que os geógrafos do século XIX e início do século XX (aí incluído Vidal de La Blache) apoiavam seus estudos no senso estético, mesmo que buscassem ir além dele, por meio de uma investigação rigorosa das razões que ensejaram os contornos da paisagem. Esta discussão empreendida por Besse é fulcral para este trabalho porque aponta o fato de que Vidal não recusa a dimensão estética. Na verdade, Vidal confirma estes argumentos quando busca (quase que de forma orgulhosa) exaltar a diversidade regional e os gêneros de vida franceses, guiado pela necessidade de criar um sentimento nacionalista. Segundo Ribeiro, Vidal retrata isso em uma palestra proferida em 1902, publicada um ano depois com o nome *Routes et chemins de l'ancienne France* (VIDAL DE LA BLACHE apud RIBEIRO, 2008, p. 68):

[...] onde os espaços de vivência do homem comum são resgatados, sublinhando suas práticas que criavam geografias tanto materiais quanto imaginárias. Exaltava-se a nação em sua vertente cultural, através dos peregrinos, da pintura e dos ditados populares (RIBEIRO, 2008, p. 68).

Não obstante, ao considerar a ideia de unidade terrestre a partir da qual a Terra em seu conjunto seria o objeto de estudo, Vidal de La Blache propõe que a investigação deveria ser consolidada por meio dos trabalhos de campo, o que nos permite dizer que a geografia por ele estabelecida amparava-se no olhar, como uma ciência imagética. Nesse sentido, o mestre francês deixou grandes lições, sobretudo se pensarmos que a interpretação da imagem do mundo toma lugar central, haja vista que a descrição das paisagens por ele praticada nunca foi rígida, pois o método descritivo devia ser tão flexível quanto são variadas as paisagens, conferindo um importante papel à intuição, conforme aponta Gomes (1996).

Consideradas as afirmações acima, entendemos que o ensino de geografia ganharia uma importante contribuição se o uso da imagem como elemento fundamental na produção do conhecimento geográfico não se restringisse ao papel de confirmar ou ilustrar os argumentos do professor, impelindo os alunos a acreditarem prontamente neste. Esta forma de pensar sustenta-se na imagem como algo que “representa o real”. Agir desse modo implica em tolher

a capacidade do aluno de interpretar o mundo visível. Basta lembrarmos o fato de que muitos estereótipos são produzidos por meio das imagens disseminadas nos livros didáticos e em outras mídias, como ocorre com a Amazônia, que é pintada como um vazio demográfico, ideia reforçada nos mapas na medida em que, não raro, é representada apenas pelo verde. Nesse sentido, o uso de imagens que permita que os alunos interpretem o visível oportuniza tanto que os alunos participem da produção do conhecimento (partindo de suas experiências e seus conhecimentos prévios) quanto exercita o próprio olhar. Entendemos que essa é a característica do geógrafo: o saber olhar. Isto justifica a alegação de Besse para quem a geografia (incluindo a geografia vidaliana) “parece se definir *inicialmente* (mesmo se ela não é unicamente isto) como uma arte da percepção visual (BESSE, 2006, p. 72).

Entendemos que uma imagem é uma representação, ou seja, busca apresentar aquilo que não pode ser apreciado senão diretamente, como a paisagem de uma cidade, por exemplo. Mas, a representação é fruto da escolha de quem a produz, sendo sua percepção visual e a eleição do que deve ser representado atitudes historicamente determinadas. Nesse sentido, buscamos discutir a temeridade do uso da imagem apenas como a representação de uma realidade objetiva. Em última análise, esta postura oferece a possibilidade dos alunos interpretarem o mundo, admitindo, assim, uma multiplicidade de *leituras*, para além da pretensão de estabelecer uma única interpretação possível.

A produção do conhecimento e a relação sujeito e objeto - consequências para o debate geográfico

Este tópico justifica-se pela necessidade de apresentar a base epistemológica da qual somos tributários. Em outras palavras, necessário que exponhamos nossa opção referente à relação sujeito/objeto. Além disso, pretendemos discutir o papel da razão em nossa pesquisa, uma vez que relaciona-se diretamente com nosso entendimento de paisagem.

Desta feita, cremos na historicidade inerente à relação do ser com o mundo e, desse modo, introduzimos o problema da perspectiva, que invoca necessariamente a relativização da “verdade”. Nesse sentido, entendemos que o sujeito não engendra uma relação com a paisagem que se encerra no plano objetivo, isto é, aquela em que a paisagem existe em si e que se deixa revelar pelo olhar. Além disso, cremos que todo conhecimento científico é decorrente de escolhas.

Paulo Cesar da Costa Gomes em seu livro *Geografia e Modernidade* (2011) discute aquilo que ele chama de “os dois pólos epistemológicos da modernidade”, que balizaram (e dividiram) a produção artística e de conhecimento, constituindo a raiz de um longo debate acerca do lugar que a razão ocupa na reprodução intelectual e artística:

(...) [de um lado,] pressupunham o papel mediador da razão e da lógica na representação das significações e dos conteúdos enquanto na proposta pós-moderna as significações devem ser fluidas, mutantes e permanentemente reatualizadas (GOMES, 2011, p.).

Há, portanto, uma polêmica frente à legitimidade da razão. Ela é parte de um processo que coloca em suspeita como única forma legítima de representação social manifestada, por exemplo, na produção artística, tal como na pintura, no cinema, na arquitetura, assim como na música, cuja influência do pós-modernismo fora discutida por João Paulo da Costa Nascimento (2011). Todo esse processo inaugura uma nova preocupação estética nas representações de mundo que, por si só, basta para identificarmos uma nova clivagem frente ao modelo cultural modernista de inspiração racionalista.

Não obstante, Gomes (2011) discute a raiz e o alargamento deste movimento contestatório no âmbito das ciências. Gostaríamos de apresentar algumas perspectivas distintas a respeito da produção de conhecimento e do papel da razão neste processo, bem como da relação entre sujeito e objeto. Buscamos, com isso, situar-nos no campo teórico e manter nosso leitor ciente do diálogo constante com as correntes denominadas no referido livro de “anti-racionalistas” (GOMES, 2011, p. 32), assumindo, fundamentalmente, nossa opção pelo referencial fenomenológico/hermenêutico, bem como fazer emergir a contenda que animou um debate nas mais diversas ciências a respeito da legitimidade da razão. Nesse sentido, podemos expor aquilo que o autor em tela nomeia de contracorrentes – pólo epistemológico da modernidade, oposto àquele representado pelo projeto de ciência sustentado na razão sustentado na Filosofia da Natureza, no Romantismo, na Hermenêutica e na Fenomenologia. Conforme discutido por Gomes, este polo epistemológico também surgiu no “Século das Luzes” e não podem ser caracterizadas de modo preciso, embora possamos reconhecer que possuem em comum o fato de colocarem em xeque a primazia da razão (e sua universalidade) no que se refere à produção do saber, sendo portanto, diametralmente oposto ao polo epistemológico representado pelo iluminismo.

Conforme aponta Gomes, o filósofo belga Robert Legros chegou a conclusões similares às suas, haja vista que, ao estudar a humanidade no âmbito da modernidade, identificou dois núcleos teórico/metodológicos divergentes no tocante à ideia da relação entre homem e natureza. Para ele, há: “[o núcleo] das luzes e o do romantismo” (GOMES, 2011, p. 34). Nesse sentido, ao descrever o pensamento do referido teórico, Gomes ressalta a dualidade na forma de abordar a relação do homem com a natureza. De acordo com o autor, Legros caracteriza o primeiro núcleo como corrente que produz um “arrancamento” do homem frente à natureza, conforme exposto abaixo:

[...] distingue-se a atitude humana de qualquer manifestação da natureza. A construção da humanidade, nesta perspectiva, passa pela aquisição da autonomia humana, ou a “maioridade” kantiana, conquistada pela negação racional da atitude natural, aquela dos preconceitos, da tradição, dos costumes, das autoridades exteriores (LEGROS apud GOMES, 2011, p. 35).

Se a polêmica acima mencionada expõe uma tensão entre duas ideias de relação sujeito/objeto, cremos ser oportuno lembrarmos a interessante discussão apresentada por Edward Soja (1993). O referido autor discorre sobre o filósofo existencial Martin Buber (cuja proximidade com este tema julgamos incontornável), que desenvolveu uma discussão em seu livro “*Distance and Relation*”, de 1957, no qual defende a espacialidade existencial do ser. Segundo Buber, o ser toma consciência de si quando estabelece um distanciamento, um espaço entre si - denominado ser consciente (ser-para-si) – e o todo, o mundo, a natureza – tomado como ser da realidade não consciente, dos objetos inanimados, das coisas, – o ser-em-si. Trata-se do “primeiro princípio” da vida humana. Assim, segundo a perspectiva de Buber, o ser humano é, antes de tudo, um ser espacial por conta dessa capacidade de criar esse “distanciamento primário” da natureza. Nesse caso, o mundo da subjetividade e o mundo da objetividade fundam-se ao mesmo tempo e são dependentes um do outro. Este processo, chamado de objetivação, que traduz-se na criação de um hiato, é análogo ao “nada” de Sartre – o vazio que o homem constrói e que é inerente ao ser. No entanto, Buber argumenta que este distanciamento não tem sentido sem a busca por sua superação, porque ele – o sujeito - só existe por causa do “não sujeito” – o objeto, ou seja, a partir da constituição de um ponto de vista em relação ao mundo. Esta é a origem da primeira dialética – a dialética existencial.

Segundo Soja, essa é a base ontológica da relação entre sujeito e objeto, isto é, da relação do *ser-para-si* com o *ser-em-si*. Sartre denomina essa constante busca de superação do

distanciamento entre o ser e a natureza/mundo de *ser-aí*; Heidegger a denomina *dasein* ou ser-no-mundo. De acordo Soja, Joseph Fell, em sua obra intitulada *Heidegger and Sartre: An Essay on Being and Place*, afirma que:

A unidade originária é uma união na separação e uma separação na união. A terra e o pensamento certamente são distintos, mas são parte de um todo e, desde o início, agem um sobre o outro como *Terra inteligível*. (FELL apud SOJA, 1993, p.)

Trazendo a discussão para nossas inquietações em relação à paisagem e sua afinidade com o sujeito, entendemos que olhá-la significa agir, invariavelmente, impregnado desse ser-no-mundo tendo em vista que o sujeito compreende e significa o mundo. É nessa linha argumentativa que Acylene Ferreira afirma:

O homem é um ente que se distingue dos demais pelo fato de compreender e significar o mundo. A expressão ‘ser-no-mundo’ refere-se ao ente que nós mesmos somos e implica que, em sendo, estamos sempre junto ao mundo e existimos sempre em um mundo. Isto quer dizer que o homem é ser-em e ser-junto ao mundo. (FERREIRA, 2003, p. 1)

A referida filósofa aponta, ainda, o fato de que, com o conceito de ser-no-mundo, “Heidegger pretendia caracterizar a simultaneidade de mundo e homem, mostrando que a existência do homem recebe seu sentido de sua relação com o mundo e que este recebe seu sentido de sua relação com o homem” (FERREIRA, 2003, p. 2).

Esta discussão nos remete à ideia de que o mundo que percebemos possui uma essência que reside no ser que o percebe. Segundo o *Dicionário de Filosofia Niccola Abbagnano*, o verbete “Fenomenologia” é, na acepção de Edmund Husserl:

[...] uma ciência de essências (portanto, "eidética") e não de dados de fato, possibilitada apenas pela redução eidética, cuja tarefa é expurgar os fenômenos psicológicos de suas características reais ou empíricas e levá-los para o plano da generalidade essencial (ABBAGNANO, 2007, p. 438).

De modo geral, a finalidade da fenomenologia é a busca pela interpretação do mundo pelo meio da consciência do sujeito, concebida como fruto das experiências por ele vividas.

Segundo Dartigues, citado por Holzer, a fenomenologia tem por finalidade "analisar as vivências intencionais da consciência para perceber como aí se produz o sentido dos fenômenos, o sentido do fenômeno global que se chama mundo" (DARTIGUES apud HOLZER, 1997, p. 78). Conforme afirma Severino, enquanto paradigma epistemológico:

[...] a Fenomenologia parte da pressuposição de que todo conhecimento fatural (aquele das ciências fáticas ou positivas) funda-se num conhecimento originário (o das ciências eidéticas) de natureza intuitiva, viabilizado pela condição intencional de nossa consciência subjetiva (SEVERINO, 2007, p. 114).

Edmund Husserl combatia o método empregado pelas ciências de inspiração positivista, como a psicologia experimental, que se baseava em dados empíricos. Segundo o pensador alemão em questão, o método positivista busca a explicação dos fenômenos, mas não chega à sua essência. Segundo Laporte e Volpe (apud SILVA, ?) "enquanto a ciência positivista restringe seu campo de análise ao experimental, a fenomenologia abre-se a regiões veladas para esse método, buscando uma análise compreensiva e não explicativa dos fenômenos". Nesse caso, a intenção de Husserl é propor um método que permita a análise compreensiva da consciência na medida em que é por meio dela que vivemos o mundo. Se entendemos que é por meio da consciência que experienciamos o mundo e damos sentido a ele, então "toda consciência é consciência de algo" (FRAGATA apud SILVA, ?). Advém daí a noção de intencionalidade proposta na fenomenologia de Husserl.

"Eis o ponto de partida adotado pelo filósofo alemão: a análise dos fenômenos no âmbito da consciência no intuito de se tentar apreender as coisas em si mesmas, isto é, como elas são" (SILVA, ?). O desdobramento desta teoria é o entendimento de que "a intencionalidade seria a marca fundamental da consciência, uma vez que a consciência está o tempo todo voltada para fora de si" (SILVA, ?). Esta teoria assemelha-se, de certo modo, àquilo que descrevemos acima sobre a relação sujeito objeto no existencialismo discutido por Martin Buber, isto é, quando falávamos do processo de objetivação no qual o mundo da subjetividade funda-se simultaneamente com o mundo da objetividade e são dependentes um do outro. Então, poderíamos dizer que o objeto só tem sentido em relação ao sujeito que lhe percebe e lhe dá sentido; e o sujeito só toma consciência de si em relação ao mundo dos objetos.

Entende-se, com isto, que todo objeto é intencional. Lencioni (1999 apud SPOSITO, 2003, p. 37) diz que a fenomenologia considera as intencionalidades da consciência como chave porque advém das experiências. O fenômeno se manifesta em sua essência quando a relação sujeito/objeto se reduz à relação bipolar noese/noema, ou seja, àquele que percebe e àquilo que é percebido. Portanto, somos seres dotados de consciência transcendental porque esta mesma consciência é doadora de sentidos.

A partir dos pressupostos acima expostos, não se pode reduzir o olhar a um ato objetivo e escrutinador de um dado que antecede o sujeito e é independente dele; que é universal, sem sujeito e sem subjetividade.

Admitido a adoção de um referencial teórico que desloca a razão idealizada no projeto moderno de ciência do centro da produção do saber, mas que tende a “uma tentativa de submeter a razão ao domínio da vida” (GUSDORF apud GOMES, 2011, p. 109), só podemos discordar, por exemplo, das ideias expostas no livro *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. Para Santos:

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima (SANTOS, 1996, p. 103).

Importante frisarmos que, no livro *Metamorfoses do Espaço Habitado*, conforme assinala Tatiana Thomaz (2012), o autor considera o fato de que:

apesar da realidade ser apenas uma, cada pessoa a absorve de forma diferente e, desse modo, a percepção ainda não é o conhecimento, com ela não alcançamos o significado da paisagem, temos apenas a sua aparência” (SANTOS apud THOMAZ, 2012, p. 521).

De fato, para Santos, conforme exposto no livro em questão, a percepção depende da interpretação e, por isso, “ela será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência” (SANTOS, 2008 [1988], p. 68). A partir disso, a autora sublinha o fato de Santos considerar:

[...] a existência de uma relação entre a configuração da paisagem e a produção, já que para cada tipo de forma há um instrumento de trabalho específico capaz de produzi-la. Aliam-se à produção formas específicas de circulação, distribuição e consumo. Santos ressalta, ainda, além da técnica, a importância das condições econômicas, políticas e culturais ao estudarmos a paisagem, já que ela “não tem existência histórica fora das relações sociais” (THOMAZ, 2012, p. 521).

Mas, o que Santos quer deixar claro, conforme destaque de Thomaz, é que paisagem é um “conjunto de objetos reais-concretos” (SANTOS apud THOMAZ, 2012, p. 521), isto é:

[...] uma reunião de objetos do passado e do presente criados e organizados de acordo com o conteúdo técnico da época e que coexistem atualmente. As paisagens vão sendo criadas aos poucos, através de substituições, acréscimos, subtrações seguindo a lógica de produção do momento, fazendo com que as funções das formas já existentes sejam modificadas, aliadas à construção de novas formas de acordo com as novas necessidades (THOMAZ, 2012, p. 521).

Em *Metamorfoses do Espaço Habitado*, Santos afirma que “a paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais” (2008 [1988]). Diante disto, discordamos destes juízos pois concebem a paisagem apenas em sua forma concreta. Trata-se da reiteração da noção de paisagem apenas como vestígio que existe independente do sujeito que a observa, um dado *a priori*. Por outro lado, partimos do pressuposto de que nossa perspectiva cognitiva denota uma forma de representação de mundo e de agir no mundo. A paisagem, desse modo, é um símbolo cujo significado não é singular e nem imutável.

Não obstante, Santos, assume serem as rugosidades aquilo que “(...) fica do passado como forma, espaço construído, paisagem (...)” (SANTOS, 1996, p. 140). Nesta mesma obra, o autor versa sobre a paisagem enquanto materialização de um instante, trazendo como exemplo, um projeto dos laboratórios do Pentágono no contexto da Guerra Fria, no qual propunham construir uma bomba de nêutrons capaz de aniquilar qualquer forma de vida num dado lugar mas que preservaria as edificações. Neste caso, teríamos, no momento anterior à detonação da bomba, o espaço. Após a explosão, a paisagem. Esta consideração parte do entendimento do espaço como a essência e a paisagem como a aparência.

Certamente Milton Santos admite a dimensão histórica frente à construção das paisagens. Entretanto, trata-se apenas de um fragmento da dimensão histórica, na medida em que é somente a história de sua aparência. A paisagem estaria sempre aberta à mudanças em

seu aspecto mediadas pelos mais diversos projetos ideológicos e perspectivas culturais. Trata-se, portanto, de uma paisagem passiva, porque não age sobre a subjetividade do sujeito. Por outro lado, conforme apontamos anteriormente, acolhemos a busca pela compreensão expressa na tradição fenomenológica/hermenêutica, consagrada por Martin Heidegger em *Sein und Zeit* (Ser e Tempo, de 1927), obra na qual o filósofo alemão buscou “estabelecer como se processa a relação do ser com o mundo e como um e outro poderiam ser definidos fora da dualidade sujeito objeto” (FERREIRA, 2012, p. 1).

No caso da hermenêutica, há nela uma característica arqueológica, pois “(...) descobre o que estava soterrado, estava no passado e havia gerado aquele símbolo.” (REGO, SUERTEGARAY, HEDRICH, 2001, p. 171). O pesquisador atenta-se para a interpretação de um sentido que estaria por trás do imediatamente percebido. Ela sugere uma “leitura transversal” pela qual é possível desvelar outras camadas além da primeira. Este é seu diferencial, pois representa o processo de abertura do que está aparentemente fechado em si mesmo num primeiro olhar. Segundo os autores citados:

(...) hermenêutica pode ser entendida como um sistema de conceitos que se definem na relação entre si e que, em seu conjunto, aplicados à análise de um texto são capazes de enunciar aspectos desse texto inacessíveis a uma leitura restrita ao nível do apenas imediatamente manifesto, sendo que o sistema interpretativo acaba por definir o próprio entendimento do que seja texto, para além do que usualmente entendemos como sendo textos propriamente ditos.” (REGO, SUERTEGARAY, HEDRICH, 2001, p. 169)

Segundo Gomes, a forma como o conhecimento é encarado na hermenêutica está:

(...) profundamente ligado à ontologia das coisas, algo que é consubstancial à coisa, imanente, e por isso a interpretação não pode jamais chegar a um sentido definitivo, pois o sentido é recriado a cada tentativa (GOMES, 2011, p. 111)

Segundo Gomes (2002, p. 112), a intenção fundamental da hermenêutica, ao contrário da ciência moderna e racionalista que se retém nos aspectos externos dos fenômenos, não é de explicar os fatos, mas, antes, compreendê-los em sua totalidade.

Dito de outra forma, o ser humano atribui sentido ao mundo. Atribuir sentido às coisas é a condição da existência humana. O mundo existe em relação ao ser, e este existe em função

da significação do mundo. Em linhas gerais, o mundo é uma projeção existencial. “O mundo é o próprio ser e o homem é o ser-no-mundo” (HERMAN, 2002, p. 34).

Carvalho e Grün (2009) afirmaram que, de acordo com Gadamer, “aquilo que somos depende muito dos que estão a nossa volta – o(s) outro(s)”. Esse *outro* pode referir-se tanto à natureza, quanto à outro ser-humano ou não humano. Segundo Araújo (2009, p 10), interpretar é atribuir sentidos a algo.

Esse algo pode ser muitas coisas: frases, gestos, pinturas, nuvens. No fundo, tudo pode ser interpretado, pois a qualquer coisa podemos atribuir algum sentido. Em outras palavras, tudo pode ser tomado como um *texto*, ou seja, como um objeto interpretável (ARAÚJO, 2009, p. 10)

Mas essa atividade tem uma finalidade. A finalidade é a compreensão. “*Compreendeer*. Essa é a palavra central, pois interpretamos para compreender o sentido” (ARAÚJO, 2009, p. 13, grifo do autor).

Além disso, cabe ressaltar que a hermenêutica provém de um tipo de lógica que pretende ir além da busca pelo conhecimento “seguindo apenas a racionalidade de procedimentos empírico-formais e da explicação causal própria das ciências naturais” (HERMANN, 2002, p. 14). De acordo com a filósofa que acabamos de citar, esta racionalidade pressupõe que “(...) o saber só teria validade quando atendesse à verificação empírica, ao estabelecimento de relação causal, à eliminação de todo pressuposto subjetivo e à hostilização da historicidade” (HERMANN, 2002, p. 14).

Ainda segundo Nadja Herman, um dos pensadores que contribuiu para instalar o radicalismo da dúvida é Friedrich Nietzsche (1844 - 1900) “ao questionar as certezas da autoconsciência que fundamentam o procedimento metódico” (HERMANN, 2002, p. 14). Nietzsche, segundo Herman, “traz para o debate a ideia de ir além dos fenômenos e daquilo que é manifesto para apontar as infinitas possibilidades de interpretação” (HERMANN, 2002, p. 14). É a partir dessa linha de pensamento que Nietzsche, citado por Rubem Alves, diz: “Contra o positivismo, que pára perante os fenômenos e diz: ‘Há apenas fatos’, eu digo: ‘Ao contrário, fatos é o que não há; há apenas interpretações’” (ALVES, 1994, p. 127).

Quando Wilhelm Dilthey (1833-1911), em fins do século XIX, tentava constituir a hermenêutica enquanto método próprio das ciências do espírito, produziu-se uma forte tensão frente às pretensões universais da lógica formal no que diz respeito ao modo de produzir

conhecimento, em que a finalidade última é a explicação dos fatos. Se por um lado este segmento implica dirigir as investigações científicas aos aspectos externos e supostamente objetivos da natureza seguido de sua explicação, Gomes ressalta que:

[...] a hermenêutica representou uma oposição radical. Ela mostra a impossibilidade de objetivação dos fatos, sob pena de perder de vista as coisas reais e de substituí-las por representações parciais. Não há leis ou determinações, a ação só pode ser compreendida no contexto fenomenal: sua expressividade é sempre particular e espontânea (GOMES, 2011, p. 114).

Conforme exposto por Eliseu Savério Spósito (2003), Dilthey entendia que

[as] formas da cultura, no curso da história, devem ser apreendidas através da experiência íntima de um sujeito; cada produção espiritual é somente o reflexo de uma cosmovisão (*Weltanschauung*) e toda filosofia é uma ‘filosofia de vida’ (DILTHEY apud SPÓSITO, 2003, p. 35).

Segundo esta perspectiva, a compreensão torna-se o principal instrumento para o novo pólo epistemológico de produção do saber. Sua finalidade torna-se “alcançar uma significação, buscar o obscuro, revelar uma essência” (GOMES, 2011, p. 113), operação esta que é enraizada na história e na cultura. Conforme assinala Nadja Hermann, “o problema fundamental da hermenêutica é a busca de sentido e a interpretação” (Hermann, 2012, p. 25). De acordo com Dilthey:

É pelo processo da compreensão que a vida é esclarecida sobre ela mesma em sua profundidade e, por outro lado, nós só compreendemos a nós mesmos e compreendemos os outros seres na medida em que transferimos o conteúdo de nossa vida para toda forma de expressão de uma vida, seja ela nossa ou estranha a nós. Assim, o conjunto da experiência vivida, da expressão e da compreensão é, em todo lugar o método científico, pelo qual a humanidade existe para nós enquanto objeto das ciências do espírito (DILTHEY, 1988 apud GOMES, 2011, p. 113).

Do mesmo modo, Michael Löwy aponta como uma das distinções de Wilhelm Dilthey “a necessidade de *compreender* (*Verstehen*) a significação vivenciada dos fatos sociais – enquanto a ciência natural pode se limitar a uma explicação exterior dos fenômenos” (LÖWY, 2009, p. 81).

Entretanto, ao contrário do que propusera Dilthey, Martin Heidegger abandona a ideia de hermenêutica enquanto método, na medida em que esta deveria ser tomada de modo existencial. Nesse sentido, ela é deslocada do campo metodológico para o ontológico (GOMES, 2011, p. 115). Gomes assinala ainda que:

Segundo Heidegger, compreender é uma maneira de ser, isto é, o ser humano tem um projeto de compreensão inerente que substitui a universalidade da racionalidade. Isso representa um dos novos terrenos da geografia humanista e também é aquilo que anima as discussões filosóficas atuais (GOMES, 2011, p. 115).

Contemporaneamente, Hans-Georg Gadamer em seu livro *Verdade e Método*, publicado em 1960, reformula a hermenêutica tornado-a corrente filosófica, indo ao encontro da linha de pensamento de seu ex-mestre, Heidegger. Para Gadamer, portanto, o intérprete não chegaria, através de nenhum método, à verdade, pois o próprio método já estabeleceria o ponto que se queria alcançar. Em sua visão, o método escolhido definiria o ponto final da interpretação.

Em resumo, a hermenêutica expõe a historicidade de todas as formas de conhecimento - e sua subsequente relatividade, conforme assinala Löwy a respeito das contribuições do pensamento de Dilthey (LÖWY, 2009, p.81-82) – e de todas as visões de mundo. Nesse sentido, enquanto instrumento epistemológico, a compreensão (*Verstehen*) de determinado fenômeno exige sua correlação com o contexto histórico no qual está inserido, considerado, inclusive, o horizonte histórico cultural do próprio intérprete. Este último, neste caso, opera de modo contrário à racionalidade lógico-instrumental do paradigma moderno da ciência racionalista de seccionar a realidade retendo-se em sua exterioridade. A hermenêutica, de acordo com Gomes, parte do pressuposto que:

O saber provém do contato entre o sujeito e o objeto. Não há como descartar a subjetividade, visto que ela é o próprio móvel do conhecimento pela via do sentimento e da intuição. Os fatos são experiências vividas e as totalidades são compostas pelo que é expresso no contato com a vida (GOMES, 2011, p. 115)

Nesse sentido, o estudo da linguagem torna-se fundamental na medida em que é através da mediação desta dimensão que o mundo é dotado de significado. No limite,

podemos considerar que linguagem é representação. É através dela que operamos nossa transcendentalidade. Conforme apontou Gomes (2011, p. 32), se há algo de universal na humanidade é sua capacidade de atribuir valores às coisas. Entendemos como universal a capacidade humana de doar sentido ao mundo. Portanto, se é mediados pela linguagem que nos relacionamos com o mundo, é através da linguagem que a hermenêutica buscará compreender o sentido dessa relação, isto é, ela opera sempre uma leitura. Portanto, a hermenêutica privilegia trazer à tona a história e a cultura relacionado ao fenômeno que se pretende compreender.

Poderíamos considerar outros modos de vislumbrar a produção do saber que questionam a centralidade atribuída à razão no referido processo bem como a historicidade aí envolvida. A exemplo disso, Gomes (GOMES, 2011, p. 101), discute as particularidades características do Romantismo alemão (dentro do que ele chama de contracorrentes) em relação à forma de conceber o lugar da razão e sua historicidade frente ao mundo dos fenômenos. No limite, o autor retrata, segundo o movimento em tela, a força da história determinando a percepção de mundo dos sujeitos. Nesse sentido, o romantismo engendrou uma nova concepção da História, refutando, simultaneamente “(...) uma História predeterminada e desenhada por uma entidade divina, e aquela de um mundo máquina, previsível em suas causalidades” (GOMES, 2011, p. 105).

Não obstante, tanto no âmbito do movimento romântico quanto na tradição hermenêutica, a questão do relativismo foi alvo da atenção dos teóricos na medida em que relaciona-se com a nova visão da dimensão histórica:

Este relativismo histórico se opunha diretamente à noção de necessidade do pensamento racionalista. A análise e a interpretação de um fato devem sempre considerá-lo dentro de uma rede de inter-relações no centro da qual ele evolui. Assim, um fato só tem uma expressão no momento em que é compreendido em sua historicidade própria, um procedimento denominado eclipse romântica (GOMES, 2011, p. 105).

Ou seja, todo fato, fenômeno, conceito, pensamento, ação, sujeito e objeto é historicamente determinado e não pode ser tomado de modo destacado desta dimensão. Eles não possuem significação em si, tampouco estas significações são absolutas, mas são “manifestações imediatas de uma circunstância particular tomada na rede de seus antecedentes e seus consequentes” (GOMES, 2011, p. 106). Desse modo, abre-se mão de toda

objetividade, em nome da luta contra o objetivismo. Podemos dizer que é desse contexto que emerge a desconfiança em relação aos conceitos meta-históricos.

Da noção ao conceito de paisagem

Façamos uma pesquisa um pouco mais extensa a respeito da ideia de paisagem que permeia o imaginário social e certamente não demoraremos a perceber o quanto é polissêmico e ambíguo. Não poderia ser diferente. O referido vocábulo não se restringe à ciência geográfica, sendo usado frequentemente tanto pelo senso comum como por outras áreas do conhecimento e mesmo da técnica, como é o caso da arte da jardinagem, que se alarga de forma intensa na Europa burguesa do século XIX (POZO & VIDAL, 2010) – tudo isso contribuindo sobremedida para as múltiplas interpretações.

Para termos um panorama do alcance da noção de paisagem, Passos destaca que Donald W. Meinig apontou dez significados para a paisagem, sendo esse seu “problema principal”: o fato da paisagem sempre ser “composta não apenas por aquilo que está à frente de nossos olhos, mas também por aquilo que se esconde em nossas mentes” (MEINIG apud NAME, 2010, p. 164). Passos, entretanto, afirma que:

A maioria dos geógrafos situa a paisagem na interface da natureza e da sociedade. De um lado, eles reconhecem sua materialidade, isto é, a existência de uma estrutura e de um funcionamento próprios aos corpos naturais que a constituem, de outro lado, eles afirmam que o *status paisagístico* destes corpos naturais é determinado pelo sistema de produção econômica e cultural, cujos efeitos diferem segundo as “produções” e os grupos sociais. A dimensão social e histórica da paisagem está claramente afirmada e a percepção está englobada no conjunto processo social (PASSOS, 2001, p. 136).

O que se segue é o fato de que é possível apontar uma polissemia em relação ao conceito de paisagem. A título de exemplo disto, citemos Castro, que sustenta que:

O conceito de paisagem e seus significados objetivos e subjetivos, marca e matriz, real e representação, material e mental, tempo e cultura formatando o

espaço, impregnado de diversos símbolos, reveladora de relações de poder, etc., nos confirma a polissemia e amplitude do conceito (CASTRO, 2004).

A origem da noção de paisagem, no entanto, é mais recuada no tempo. Anne Cauquelin, no livro *A invenção da paisagem* (2007), aponta o surgimento da noção de paisagem como sinônimo de natureza, no início da era moderna, isto é, a paisagem constituiu-se numa criação moderna, proveniente da Renascença, a partir do desenvolvimento da perspectiva, do “artifício da técnica” (CAUQUELIN, 2007, p. 77). Para a autora em questão,

De fato, parece que a paisagem é continuamente confrontada com um essencialismo que a transforma em um dado natural. Há algo como uma crença comum em uma naturalidade da paisagem, crença bem arraigada e difícil de erradicar, mesmo sendo ela permanentemente desmentida por numerosas práticas (CAUQUELIN, 2007, p. 8).

De acordo com Paul Claval (CLAVAL, 2012), cujo ponto de vista coincide em muitos aspectos com o de Cauquelin no tocante à origem da paisagem, o referido termo surgiu nos Países Baixos, sob a forma de *landskip*, e referia-se aos quadros “que apresentavam um pedaço da natureza, tal como a percebemos a partir de um enquadramento – uma janela, por exemplo. A moldura que circunda o quadro substitui, na representação, a janela através da qual se efetuava a observação”.

Neste movimento, que se convencionou chamar de Renascimento, as leis da perspectiva foram (re)descobertas e logo figuras como Masolino (1383 – 1447) e Masaccio (1401 – 1428) as utilizam em suas pinturas que não tardaram a ficar conhecidas no Norte da Itália e em Flandres. De acordo com Claval, “durante muito tempo um gênero menor, a paisagem torna-se uma das formas essenciais da arte pictural no século XVII” (Claval, 2012, p. 246).

Jean-Marc Besse, por seu turno, relaciona a noção ocidental de paisagem com a experiência paisagística da subida do Monte Ventoux em 1336 por Francesco Petrarca (1304 – 1374). Yanci Ladeira Maria (2010) e Besse (2006), referem-se ao relato da subida ao Monte Ventoux feito por Petrarca como uma das primeiras manifestações modernas sobre a paisagem no ocidente.

Em sua carta, Petrarca levanta o dilema entre o que está fora (exterior) e o que está dentro (interior) – a paisagem leva ao deslumbre, mas devemos olhar para dentro, meditar. Eram esses os preceitos da filosofia cristã em viga naquele momento (MARIA, 2010, p. 25)

Os historiadores da paisagem há tempos atribuem à carta na qual Petrarca faz o relato de sua ascensão ao monte Ventoux um valor inaugural. Com efeito, Petrarca, decidindo escalar a montanha para simplesmente fruir da vista que pode ser desfrutada de seu cimo, teria sido o primeiro a encontrar a fórmula da experiência paisagística [...] (BESSE, 2006, p. 1)

De acordo com Maria, Berque destaca que a Europa, no século XIV, começa a “enxergar” a paisagem, “porém, *‘c'est qu'a á partir de la renaissance, le paysage comme tel se met à exister pour les Européens’*”¹ (BERQUE apud MARIA, 2010, p. 26).

O que buscamos ao ressaltar esse tema é demonstrar que a noção contemporânea sobre a paisagem e até nossa percepção dela não são resultado de uma relação exclusivamente empírica e racional com a paisagem, mas foram historicamente fabricados. É o que diz Cauquelin no seguinte trecho:

A questão é a seguinte: como pode ocorrer que, em um domínio tão restrito – tela, madeira, paredes, cores -, aquilo que os pintores da Renascença fabricaram tenha se tornado a própria escrita de nossa percepção visual? Teriam eles projetado uma espécie de máquina de olhar a paisagem, ou melhor, de fazê-la aparecer em um lugar onde ela não tinha a mínima razão de ser, impondo-a assim como o único possível para a natureza e em vista da mesma? (CAUQUELIN, 2007, p. 77)

O intuito que move Cauquelin é questionar a percepção e a própria paisagem. Olhá-la implica em perceber conforme os ditames historicamente produzidos.

(...) vemos em perspectiva, vemos em quadros, não vemos nem podemos ver senão de acordo com as regras artificiais estabelecidas em um momento preciso, aquele no qual, com a perspectiva, nascem a questão a questão da pintura e a da paisagem (CAUQUELIN, 2007, p. 79).

O grande valor deste debate empreendido pelos intelectuais mencionados reside no fato de que, de modo preciso, explicitam a historicidade de nossa percepção de mundo. A

¹ É somente a partir do Renascimento que a paisagem começa a existir para os europeus.

partir daí, é possível incluir o problema da perspectiva do ponto de vista histórico-cultural que determina nossa leitura de mundo e nossa forma de agir nele.

A discussão feita por Cauquelin nos permite entrever o surgimento da noção de paisagem como pano de fundo de nosso imaginário e que se perpetua até os dias atuais solidificada na forma como a percebemos. Seguindo a lógica que situa histórica e culturalmente a percepção tal qual propusera a filósofa supracitada, Wärtcher afirma:

A percepção da paisagem que temos hoje depende de muitos elementos que “juntamos” ao longo da vida. E, como a percepção muda para cada indivíduo, muitas construções de paisagem podem ser possíveis, seja a partir de imagens, sons, leituras, entre outras (WÄRTCHER, 2012, p. 4)

Wärtcher, inclusive, faz menção à própria Cauquelin, que afirma que “o que passamos a chamar de paisagem se refere muitas vezes, a lembranças de infância, contos relatados por nossos familiares, juntamente com tudo o que guardamos na memória, algo que nos interesse” (WÄRTCHER, 2012). Para Cabral, na esteira desta discussão, “o surgimento da noção de paisagem vincula-se a uma maneira de ver e conceber o mundo, de compô-lo em uma cena” (CABRAL, 2000, p. 36).

Simom Schama em seu livro *Paisagem e Memória* de 1996, citado por Wärtcher, une a dimensão da percepção visual com a das memórias na composição da paisagem:

Pois, conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade eles são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camada de lembranças quanto de estratos de rochas. (SCHAMA apud WÄRTCHER, p. 4).

O interesse da geografia pela paisagem poderia ser, didaticamente, dividido em dois grandes períodos: “no período que se estende do final do século XIX a 1970, a paisagem é analisada por meio de sua gênese e de sua morfologia; no segundo, que se estende dos anos 1970 ao presente, por meio de seus significados” (CORRÊA e ROSENDAHL, 2012, p. 11). De acordo com os autores citados, a paisagem:

[...] era considerada expressão fenomênica da região, inserindo-se assim, entre os temas da geografia regional. De 1970 ao presente, seu estudo passou a desfrutar de maior autonomia, constituindo-se em projeto de pesquisa por si próprio. Sigfreid Passarge, Otto Schlüter, Paul Vidal de La Blache, Roger Dion e Carl Sauer são referenciais clássicos referentes ao primeiro período, enquanto Denis Cosgrove, Augustin Berque, James Duncan, Don Mitchell e Stephen Daniels, ao segundo (CORRÊA e ROSENDAHL, 2012, p. 11).

Na esfera da Geografia, várias foram as interpretações do conceito de paisagem. Além disso, sua importância enquanto categoria de análise oscilou uma vez que, num primeiro momento, fora responsável por conferir unidade e identidade à geografia – manifesta desde o século XIX, considerando, por exemplo, as contribuições dos geógrafos alemães, como Alexander von Humboldt, Carl Ritter e Fridrich Ratzel. Nos anos de 1940, sua interpretação é modificada, acompanhando as transformações desta ciência. Segundo Schier:

A revolução quantitativa, iniciada nos anos 40 nos Estados Unidos, substituiu o termo *landscape*, que estava, até então, em uso nesse país sob influência da geografia alemã (Carl Sauer), pela idéia da “região” (Richard Hartshorne), sendo esta um conjunto de variáveis abstratas deduzidas da realidade da paisagem e da ação humana (SCHIER, 2003, p. 80).

Para Shier (2003), “foram os alemães que introduziram o conceito de paisagem à ciência geográfica”. A polissemia em torno da noção de paisagem guarda relação com sua origem na língua alemã medieval, cuja palavra original era *landschaft*, idealizada por Humboldt que, de acordo com Leo Name, “se refere a uma associação entre o sítio e seus habitantes, ou seja, morfológica e cultural” (NAME, 2010, p. 164). De fato, não se tratava de uma noção cuja definição era clara, podendo ser tanto “uma porção limitada da superfície da terra que possuía um ou mais elementos que lhe davam unidade, como a aparência da terra tal como era percebida por um observador” (SALGUEIRO, 2001, p. 40).

No caso de Humboldt, partindo de um olhar naturalista, a paisagem era encarada sob uma ótica holística, “associada a um conjunto de fatores naturais e humanos” (RISSO, 2008, p. 68). Esta mesma autora ressalta a defesa de Humboldt em engendrar um estudo da paisagem que incluísse o sentimento. Wärtcher (2012) reforça tal afirmação, pois Humboldt considerava que, mesmo na descrição das plantas, era necessário que se empregasse “um discurso em primeira pessoa, pois antes de tudo, experimentamos a paisagem para poder percebê-la”. O trecho do texto “Vistas das Cordilheiras e Monumentos dos povos indígenas

das Américas” a seguir exemplifica o estilo narrativo e pessoal da escrita de Humboldt: “...often during astronomic observations I almost dropped my instruments when I realized my face and hands were covered with these hairy bees. Our guides assured us that these bees only attacked when you annoyed them by picking them up by their legs. I did not try”².

Reconstituindo historicamente o interesse dos geógrafos pela descrição das paisagens, Claval (2012) aponta a elevada dificuldade envolvida neste processo até meados do século XVIII. Conforme assevera o naturalista Bernardin Saint-Pierre, citado pelo autor “falta palavras para falar da forma dos relevos e das rochas”. Sendo assim, de acordo com Claval, desde a constituição da disciplina geográfica que é instituída entre seus estudiosos a preocupação em descrever o mundo, uma vez que era preciso traduzir sua fisionomia. E se as palavras nem sempre davam conta de representar a complexidade das paisagens, os geógrafos passam a ilustrar seus trabalho por intermédio de gravuras. Humboldt não foge deste contexto.

Retornando de seu grande périplo na América Latina, Humboldt edita *Vues des cordillères et monuments des peuples indigènes de l’Amérique*³, em que apresenta, em 69 pranchas comentadas, uma seleção de paisagens, muitas vezes em aquarelas, que dão uma ideia muito mais sugestiva do que o poderiam fazer centenas de páginas de descrição (CLAVAL, 2012, p. 247).

Em seguida, Claval afirma que “o texto que acompanha as pranchas é sóbrio. (...) mas não falta sensibilidade ao observador”:

É assim que, à beira do mar do sul, após longas chuvas de inverno, quando a transparência do ar aumentou subitamente, vemos o Chimborazo aparecer como uma nuvem no horizonte: ele se destaca dos cumes vizinhos; eleva-se sobre toda a cadeia dos Andes, como um domo majestoso, obra do gênio de Michelângelo, sobre os monumentos antigos que cercam o Capitólio (HUMBOLDT apud CLAVAL, 2012, p. 347)

² ... muitas vezes durante as observações astronômicas quase deixei cair meus instrumentos, quando percebia que meu rosto e mãos estavam cobertos com aquelas abelhas peludas. Nossos guias nos garantiram que essas abelhas só atacam quando as irritamos, pegando-as pelas pernas. Eu não experimentei.

Fonte:

http://web.pdx.edu/~fischerw/proj_pub/humboldt_project/html/SINQ/SINQ_2012W/html/meetings/13_21feb_2012.html.

³ *Vistas das Cordilheiras e Monumentos dos povos indígenas das Américas*. Trata-se de uma viagem feita pelo geógrafo e explorador alemão pela América, onde viveu cinco anos, entre 1799 a 1804.

A geografia alemã como um todo segue a tendência inaugurada por Humboldt e ensaia uma descrição da paisagem que mistura o olhar objetivo com observações pessoais “É que essa é a época, das filosofias da natureza, à maneira de Goethe; a contemplação da natureza leva à descoberta das profundas harmonias concedidas pelo Criador”. Com o progresso no campo da fotografia no século XIX, o trabalho do geógrafo em fazer com que o leitor descubra a paisagem (CLAVAL, 2012) torna-se mais fácil e viável.

A concepção de paisagem altera-se na geografia oitocentista tornado-se interface entre homens e natureza. Isto se deve, sobretudo, à obra do geólogo Edward Suess, intitulada *Das Antlitz der Erder (A Face da Terra)*. O objetivo do geólogo em questão era o mesmo dos geógrafos: “explicar a superfície da Terra” (CLAVAL, 2012, p. 248). Entretanto, Suess tenta explicar a fisionomia do planeta apoiando-se na ideia de que ela deve ser entendida como interface entre litosfera, hidrosfera e atmosfera. Aliás, Claval (2012) afirma ser este geólogo quem primeiro definiu estas esferas.

Essa interface é o lugar no qual se desenvolvem as formas vivas: as plantas extraem da terra os elementos minerais e a água, e da atmosfera o gás carbônico que elas necessitam para a fotossíntese e a fabricação de matéria orgânica. A biosfera caracteriza, assim, a interface atmosfera/litosfera – hidrosfera (CLAVAL, 2012, p. 249).

Se o objetivo de Suess e de geógrafos eram o mesmo, qual seja, explicar a superfície da Terra e, considerando o impacto da obra daquele geólogo na comunidade científica de então na medida em que essa nova forma de conceber a paisagem amplia o entendimento da paisagem (pois requer concebê-la não mais como “uma superfície que se oferece ao observador” e sim compreender que ela tem “uma espessura que permite que a vida se aloje” cujo resultado é o nascimento da ecologia), os geógrafos logo se convencem que a paisagem deve ser vista de outra forma, como uma interface, mas entre homens e natureza.

A ideia é atraente. Os geógrafos [até então] interessam-se apenas por fenômenos naturais. A distribuição dos homens, de suas atividades e de suas obras na superfície da Terra é muito fascinante e torna-se um dos principais domínios da pesquisa nos anos 1880 e 1890: Ratzel delimita o campo da antropogeografia, da geografia humana. A obra que ele dedica a esse campo repercute fortemente na Alemanha, na França e em outros países. O propósito não é opor a nova geografia à geografia física com a qual ele tinha poucas relações. Muito pelo contrário, trata-se, na perspectiva que a ecologia

acaba de abrir, estudar as relações complexas que se desenvolvem entre homens e os ambientes em que eles vivem (CLAVAL, 2012, p. 249).

Este tornou-se o marco a partir do qual a geografia humana ocupa-se de uma paisagem situada na interface entre natureza e fatos sociais. Muitos chegaram, a partir de 1900, a afirmar que a geografia é a ciência da paisagem. De acordo com Werther Holzer “na Geografia Cultural alemã as paisagens eram um conhecimento específico que servia para diferenciá-la das outras ciências” (2000, p. 135). Otto Shlütter (1872 - 1959) é, de acordo com Claval, “o primeiro teórico da geografia como ciência da paisagem” (CLAVAL, 2012, p. 261). Segundo o geógrafo alemão “a marca que os homens impõem à paisagem que constitui o objeto fundamental de todas as pesquisas” (SHLÜTER apud RISSO, 2008, p. 69). Em suma, neste período da história da geografia “o privilégio dado ao olhar é confirmado” (CLAVAL, 2012, p. 250).

Importante frisar uma questão importante: a forma como a paisagem figura na geografia humana francesa no início do século XX é distinta da paisagem concebida no mesmo período na geografia alemã. Na primeira, a descrição é pautada pela sensibilidade em relação à dimensão cultural: “parcelamento das terras, modos de cercá-las, formas de distribuição das construções das explorações agrícolas, orientação das fachadas nos lugares habitados” (CLAVAL, 2012, p. 259). São geógrafos que, a partir do contato direto com os lugares e com a familiarização com eles que conseguiam identificar os marcos, repetidos, denunciam um “sentimento de pertencimento, de reconhecimento e de confirmação de identidades” Esses marcos podem ser:

[...] as igrejas nas pequenas cidades, as cruzes ao longo dos caminhos, as pequenas capelas, as estátuas da Virgem nas regiões católicas, e os minaretes, os cemitérios de geometrias indecisa, a meio caminho entre o jardim e o terreno baldio, nas regiões muçulmanas (CLAVAL, 2012, p. 259).

Por outro lado, os alemães tinham uma perspectiva mais ecológica: “As tentativas de reconstrução cronológica das formas da paisagem tiveram por finalidade contar a história da biosfera e a história das formas de relevo. Assim, a visão que se tem da paisagem deu maior ênfase na biosfera do que ocorreu na França” (CLAVAL, 2012, p. 261). O maior exemplo dessa atenção dirigida aos aspectos ecológicos da paisagem é, segundo Claval, Otto Schlüter, que se preocupou em investigar a história do desmatamento “que afetaram a Alemanha

Europa Central”. O auxílio da visão vertical da paisagem assume papel fundamental na análise das paisagens agrárias.

A visão vertical lhes serve, muito mais do que na França, para cartografar os elementos fósseis da paisagem – os topônimos, as formas de edificação ou a divisão do território agrícola em parcelas -, que podem ser atribuídos com segurança a tal ou tal período da história, a tal ou tal grupo invasor [...] O método conduz á definição objetiva de unidades de paisagem, destacando o lugar essencial que os determinantes físicos ocupam na configuração da terra (CLAVAL, 2012, p. 261).

A perspectiva descrita acima assumia a paisagem como um objeto ao invés de “olhá-la como a obra de um sujeito, o povo, que persegue seu destino e marca o espaço (...)” (SCHMITHÜSEN apud CLAVAL, 2012, p. 261). Desse modo, em meados do século XX, surgem as primeiras reações que cobravam a superação do positivismo frente à análise das paisagens na geografia. É na escola de Berkeley, encabeçada por Carl O. Sauer, que a dimensão cultural ganha maior força. Segundo Claval, “o que há de mais original na apreensão das paisagens conforme recomenda Sauer está em outro lugar: na atenção que se deve prestar à sua dimensão viva. Sauer pratica a geografia humana (CLAVAL, 2012, p. 262).

Paisagem Natural e Paisagem Cultural

Falar da geografia cultural sem mencionar Carl Sauer seria um equívoco. Trata-se do fundador da Escola de Berkeley e é apontado como um dos precursores da geografia cultural norte-americana, cujas raízes estão na geografia alemã sob o nome de *Kulturlandschaft*.

Em se tratando do conceito de paisagem, uma das principais interpretações (que até hoje aparece nos livros didáticos de geografia) se refere à distinção entre “paisagem natural” e “paisagem cultural” proposta por este autor, distinção esta da qual procuramos nos afastar, uma vez que, assim como aponta Paul Claval, o estudo não deve se restringir apenas à capacidade humana de transformar a paisagem natural em paisagem cultural resultando em uma preocupação exagerada com as formas.

Não se trata mais da interação do homem com a natureza na paisagem, mas sim de uma forma intelectual na qual diferentes grupos culturais percebem e

interpretam a paisagem, construindo os seus marcos e significados nela. Nesta perspectiva, a paisagem é a realização e materialização de ideias dentro de determinados sistemas de significação. Assim, ela é humanizada não apenas pela ação humana, mas igualmente pelo pensar. Cria-se a paisagem como uma representação cultural (CLAVAL apud SCHIER, 2003, p. 81).

De acordo com Risso (2008), foram os alemães que ensaiaram a distinção entre paisagem natural (Naturlandschaften) e paisagem cultural (Kulturlandschaften), mas foi Carl Sauer quem apresentou a noção de paisagem natural e paisagem cultural à Geografia norte-americana.

Werther Holzer, versando sobre o pioneirismo do geógrafo norte-americano por conceber uma paisagem que engloba elementos subjetivos e que fazem referência ao conceito de lugar para além do aspecto locacional⁴, nos auxilia a apontar a dicotomia sobre a qual nos referíamos. De acordo com o mesmo, “O estudo da Geografia para Sauer estava vinculado ao conceito de ‘paisagem cultural’, no qual ‘a cultura é o agente, a área natural é o meio, paisagem cultural é o resultado’” (SAUER apud HOLZER, 1999, p. 68). Não obstante, para Sauer, em um de seus principais artigos, *The morphology of Landscape*, de 1925:

[...] o estudo das paisagens – conceito síntese da geografia – deveria iniciar-se com o estabelecimento de um sistema crítico delimitado pela fenomenologia da paisagem como método de estudo da relação entre o homem e o ambiente por ele formado e transformado em habitat, em paisagem cultural (HOLZER, 2012, p. 38).

Conforme o próprio Sauer, no artigo em tela:

A área anterior à introdução de atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto. Podemos chamar as primeiras, com referência ao homem, de paisagem natural, original [...] As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. A paisagem cultural então é sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas (SAUER apud RISSO, 2008, p. 69).

⁴ O autor busca comprovar sua afirmativa citando uma passagem em que Sauer afirma que “A literatura da Geografia, [...], inicia-se como parte das primeiras sagas e mitos, vividas como o *sentido do lugar* e da luta do homem com a natureza.” (SAUER apud HOLZER, 1999, p. 68).

Para Holzer, foram as propostas enunciadas no artigo em tela de Sauer que fundamentaram a “Geografia cultural norte-americana, entre eles: a valorização da relação do homem com a paisagem (ambiente), que por ele é formatada e transformada em habitat” (HOLZER, 2009). Ainda de acordo com o autor, ao tratar sobre aqueles que valorizaram apenas um aspecto da geografia saueriana ao relacionarem-na apenas com uma ciência da diferenciação de áreas, afirma que “(...) a unidade espacial escolhida por Sauer para essa finalidade era a paisagem cultural, que dependia da atuação humana para ser caracterizada” (HOLZER, 2009).

Segundo Claval, sob a orientação de Sauer, “as pesquisas de campo às variedades de artefatos, utensílios e formas construídas” (CLAVAL, 2012, p. 262)

Novas interpretações sobre o conceito de Paisagem – nova geografia cultural

A partir da década de 1970, uma parcela de geógrafos tem realizado um esforço em resgatar o conceito de paisagem sob um prisma fenomenológico. De acordo com Claval, o período que precedeu esta nova fase do conceito de paisagem revelou-se muito fecundo na medida em que “[aquelas maneiras de ler a paisagem] fizeram com que se tomasse consciência das relações íntimas que unem aspectos físicos, os componentes biológicos e as realidades no ambientes sociais que os homens constituíram” (CLAVAL, 2012, p. 262). Entretanto, o desejo destes geógrafos de serem objetivos quanto ao estudo da paisagem os impedia “de ir ao fundo das coisas” (CLAVAL, 2012, p. 262).

Esta nova fase na geografia cultural segue uma linha de pensamento marcada pela aproximação do pesquisador com o objeto e por assumir a subjetividade como parte da análise. “Em outras palavras, pode-se dizer que a perspectiva humanista focaliza-se no estudo da imaginação e ação humanas e na análise objetiva e subjetiva de seus produtos” (CABRAL, 2000, p. 35). Claval (2012) confirma esta afirmativa, pois, neste período, o olhar do lançado à paisagem pelo pesaquisador deve considerar tanto o objeto quanto o próprio pesquisador, ou seja, propõe-se a paisagem como uma convivência:

Não é mais a realidade objetiva que nela reconhecemos que deve reter a atenção, mas a maneira como essa realidade fala aos sentidos daquele que a descobre, a maneira pela qual entra em harmonia com seus estados d’alma

ou contraria seus humores. O registro geográfico deixa de considerar que os homens são independentes do meio em que se encontram: eles só podem existir nos meios geográficos com os quais mantém relações mais complexas do que até então se pensava (CLAVA, 2012, p. 263).

Esta linha de pensamento ensaia uma paisagem relacionada a um fenômeno vivido. Olhar a paisagem implica atribuir significado à mesma. Nesse sentido, entende-se que “a paisagem é enquadrada como campo de visibilidade e de significação individual e sócio-cultural” (CABRAL, 2000, p. 34). Devemos, portanto, refutar a tese de que a paisagem é apenas a porção do espaço apreendida com o olhar. Há que se considerar, por outro lado, “(...) que esse processo perceptivo não se limita a perceber os dados, mas lhes organiza para lhes atribuir sentido” (CABRAL, 2000, p. 36). Maurice Ronai, inclusive, afirma a dimensão ontológica do olhar na medida em que “não existe um olhar virgem, espontâneo, inocente. O olhar não é somente o exercício de um sentido (a visão), ele é também a produção de sentido (significação)” (RONAI apud CABRAL, 2000, p. 36). Esta abordagem sugere considerarmos uma paisagem que é subjetivamente construída para além de uma simples percepção passiva.

Para endossarmos este debate, tragamos as proposições de Augustin Berque (2012) que, partindo do ponto de vista da geografia cultural, defende que a paisagem deve ser encarada de modo relacional na medida em que é produto de uma significação histórica e culturalmente produzida, constituindo-se, diríamos, numa *geo-grafia* impressa pelo sujeito social. Esta abordagem nos permite assinalar suas duas propriedades: ela é, ao mesmo tempo, marca e matriz. De acordo com as palavras deste teórico:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem de seu ecúmeno (BERQUE, 2012, p. 239).

Nesse sentido, conforme o próprio autor adverte, a paisagem, a partir de sua manifestação concreta, está suscetível ao olhar de inspiração positivista. Nessa esfera, é possível “(...) dedicar-se a quantificar estatisticamente formas e conjuntos de formas na paisagem, analisar a articulação dessas formas entre si, suas relações de associação e de exclusão etc.” (BERQUE, 2012). Por outro lado, segundo Berque, há que se considerar outras dimensões da relação do sujeito com a paisagem que inclua outros sentidos para além da

percepção visual, permitindo, desse modo, admitir a paisagem como uma experiência completa. Não obstante, é importante ir além do sujeito: situá-lo num campo que inclui os condicionamentos socialmente construídos no âmbito de uma cultura que atribuem sentido à sua relação com o mundo (BERQUE, 2012). Nesse sentido:

[...] a geografia cultural sempre levará cuidadosamente em conta o material físico no qual cada cultura imprime a marca que lhe é própria – marca que ela considerará como uma *geo-grafia* em primeiro grau: a escrita da Terra por uma sociedade. Essa marca possui um sentido que implica toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais, na qual a paisagem desempenha um papel perpétuo e simultâneo de marca e matriz (BERQUE, 2012, p. 241).

O conflito franco-prussiano e a história do pensamento geográfico. Aspectos históricos da questão.

O presente tópico justifica-se pela grande importância do contexto geopolítico europeu para a história do pensamento geográfico. O conflito franco-prussiano ocorrido entre 19 de Julho de 1870 a 10 de Maio de 1871 teve um desfecho inglório para os franceses na medida em que, além de serem obrigados a se renderem, tiveram parte de seu território anexado pela emergente Alemanha — a Alsácia-Lorena, rica em carvão —, fato este que desencadearia um sentimento de revanchismo entre os franceses. Segundo Ribeiro (2008), a vitória alemã foi facilitada, entre outros motivos, pela superioridade em relação aos conhecimentos em geografia por parte dos prussianos.

Com o intuito de reerguer a nação e aprofundarem-se na exploração das colônias africanas, os geógrafos franceses (e os cientistas sociais como um todo) se deixam influenciar pelos alemães, decisão que pode nos parecer contraditória, mas que se mostra clara à medida que tomamos consciência que estes serviram de modelo intelectual e organizacional. Entretanto, eventualmente as influências alemãs se tornarão algo a ser evitado, dada a necessidade de diminuir a ciência que advinha do outro lado do Reno. Algumas hipóteses podem ser levantadas, como a instável relação franco-germânica na antevéspera da Primeira Guerra Mundial; necessidade de especialização; busca por identidade própria; definição de objetos e fronteiras de conhecimento. Desse modo, com tantas razões que justificassem o

alheamento do pensamento de Friedrich Ratzel (1844-1904), eminente fundador da *Antropogeografia* ou Geografia Humana e uma das principais fontes dos recém-geógrafos franceses, elaborou-se uma nova forma de figurar a imagem do mestre alemão na história. Coube ao historiador francês Lucien Febvre, em seu livro intitulado *La Terre et l'évolution humaine* (1922), a tarefa de distanciar os discursos vidaliano e ratzeliano, atribuindo a Ratzel caricaturas que o afastavam do meio acadêmico em nome de uma geografia genuinamente francesa.

Não obstante às considerações feitas acima, devemos considerar um importante quadro no que se refere ao estabelecimento das jovens ciências humanas. Referimo-nos ao fato de que, a partir da lógica do projeto moderno de ciência, surgia o imperativo de demarcar objetos de estudo exclusivos para historiadores e sociólogos. Febvre, ao engajar-se em tal tarefa, empreendeu uma difusão distorcida tanto do geógrafo alemão quanto do francês.

De fato, o cofundador da Escola dos *Annales* de História estava atento para os questionamentos dos sociólogos, a saber, Émile Durkheim e Marcel Mauss, que impõem à Geografia Humana (ou *Anthropogeographie*) uma imagem de ciência demasiadamente audaciosa. Para estes, as sociedades humanas não poderiam ser examinadas à luz do método adotado por Ratzel e sequer poderiam fazer parte do escopo do geógrafo. Nesse sentido, ele sugerirá uma geografia humana modesta, preocupada com seu próprio objeto, a saber, o meio e a ação sobre ele, o trabalho sobre o solo e apenas isso.

Ao propor uma “geografia modesta” o historiador francês adverte que o pesquisador deve fazer a opção ou pela Morfologia Social ou pela Geografia Humana; ou pela ciência ou pela não ciência. Claro que a segunda opção era vinculada depreciativamente à figura de Ratzel porque, em seu ponto de vista, o alemão debruçava-se em demasia em questões de cunho político em detrimento dos aspectos científicos.

A partir dessa conjuntura, configura-se o cenário que faria com que Friedrich Ratzel fosse afastado de debates e publicações por gerações. Suas teses só voltariam a ser examinadas após 1990, a partir de um artigo do Geógrafo francês Andre-Louis Sanguin chamado *En relisant Ratzel* (Sanguin, *apud* CARVALHO, 1997).

Cumpramos ressaltar que o procedimento acima mencionado relacionava-se à imprescindível necessidade de erigir um pensamento que servisse à empreitada de, tanto desqualificar o mestre alemão quanto pôr a Geografia em seu devido lugar. Por isso o pensamento de Vidal de La Blache se torna um poderoso instrumento. Através de uma forte

redução dos postulados deste (e daquele), Febvre, guiado por uma dupla intencionalidade, buscou: (i) suplantar a Geografia alemã em nome de uma Geografia francesa; (ii) resguardar o campos das humanidades aos historiadores. Ao delimitar as fronteiras epistemológicas, o historiador em tela ignorou a fase política da obra vidaliana – característica de sua maturidade intelectual - em detrimento de sua fase naturalista, como forma de reagir à crescente “invasão” da geografia em outras ciências sociais. Ao dizer que o geógrafo francês é “*possibilista*”, Febvre interdita o aspecto humano e político do escopo vidaliano na medida em que tal adjetivo considera, no máximo, o resultado da relação entre homens e meio cuja expressão se dá na geografia – sob uma perspectiva física - do território. De acordo com tal perspectiva, fica excluída a possibilidade de vislumbrarmos a historicidade da indústria humana. Por outro lado, não estava presente nos exames febvrianos, certamente, o fato de Vidal ter lamentado a perda de parte das Guianas para o Brasil; de ter acompanhado a missão militar francesa no Peru, sem mencionar sua preocupação com o desenvolvimento da colonização francesa na África (RIBEIRO, 2008, 2009).

Cabe registrar que o único livro de Vidal traduzido do francês – *Princípios de Geografia Humana* de 1921 - fomentou entre nós a ideia de que o autor a ele se resumia.

Sim, pois qual a história “oficial” que acabou por ser consagrada? *Principes de Géographie humaine*, livro póstumo de Vidal organizado e publicado em 1921 por seu genro, o também geógrafo Emmanuel de Martonne, foi tomado como a síntese e o método do pensamento vidaliano. Juntamente com *La Terre et l'évolution humaine* (1922), do historiador Lucien Febvre – que imputou os conceitos de “possibilismo” a Vidal e de “determinismo” a Ratzel e pregava uma geografia “modesta”, isto é, que não tocasse no Estado mas tão somente no solo - o que temos é uma caracterização imprecisa e caricatural da obra vidaliana e da Escola Francesa de Geografia (RIBEIRO, 2010).

Por outro lado, entendemos que Vidal de La Blache – cuja formação é de historiador - esforça-se em integrar, num mesmo corpo científico, Homem, Natureza e Cultura, característica assaz inovadora. Ainda que possamos identificar fases na sua obra, o expoente da escola clássica de geografia era ciente do objeto da ciência que buscava edificar: a relação homem/meio (considerando a complexidade que é inerente), a mesma concepção geral da relação desenvolvida por Ratzel (MERCIER, 1995). É por essa ideia que o mestre francês se orientará, mesmo que em alguns momentos — no começo de carreira — aproxime-se mais de

aspectos naturais da ciência —, enquanto que em outros momentos — na maturidade —, evidencie-se um geógrafo mais político e histórico.

Um debate sobre a descrição como método da geografia vidaliana

Segundo a perspectiva da Geografia inaugurada por Paul Vidal de La Blache, - que, em alguns momentos, chamaremos de clássica - interessa ao geógrafo a distinção dos lugares por meio de suas características próprias. Elas revelam os *genres de vie* (gêneros de vida) delineados pelo binômio homem-meio.

A descrição das paisagens presente no método vidaliano representa a busca pela identificação in loco dos fenômenos (RIBEIRO, 2008). Procurava-se, a partir do método descritivo, distanciar-se da posição dos geógrafos de gabinete (VIDAL DE LA BLACHE, 2012, p. 125), que pretendiam desvendar leis gerais para explicar todos os fenômenos, em todos os lugares.

Era necessário estar em contato com o objeto, reconhecê-lo através de evidências concretas, tocá-lo e vivenciá-lo. Para atestarmos o que vimos discutindo, destaquemos a seguinte passagem de Vidal:

A Geografia não é precisamente uma ciência de livros; ela necessita a contribuição da observação pessoal. Jamais haverá um bom professor se ele não envolver o interesse da observação pessoal pelas coisas que deve descrever. A natureza, em sua inesgotável variedade, põe ao alcance de cada um os objetos de observação e àqueles que aí se dedicam pode-se garantir menos esforço que prazer (VIDAL DE LA BLACHE, 2012, p. 207).

Esta concepção de método para a produção de conhecimento nos faz crer que o mestre francês concorreu para situar a geografia no rol das ciências interpretativas. De fato, segundo Ribeiro (2008), admitia-se que o geógrafo diferenciava-se dos demais cientistas pelo olhar, ou *coup d'oeil*⁵. De acordo com Ribeiro, Jean Brunhes, um dos discípulos de Vidal, defendia a ideia de que o olhar do geógrafo distingue-se dos demais.

⁵ Golpe de olho

“À pergunta: Em que consiste o espírito geográfico?”, ele responde diretamente: “Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver. Não vê quem quer”. (BRUNHES apud RIBEIRO, 2008, p. 82)

Desse modo, a descrição como método é a busca pelo que há de singular, pelo individual e pelo heterogêneo. Vejamos o que diz sobre o referido tema o próprio Vidal de La Blache, na cidade de Genebra, no IX Congresso Internacional de Geografia em 1908, quando apresentou “*De l’interprétation géométrique des paysages*”:

Desde que a Geografia pedagógica saiu do gabinete onde frequentemente se fechava e pôs-se a observar diretamente a natureza, a interpretação das paisagens tornou-se um de seus principais temas. É uma arte delicada [...] Nela, a análise e a síntese têm, cada uma, seu papel. A análise esforça-se por distinguir os aspectos heterogêneos que integram a composição de uma paisagem e, como as causas passada e presente se misturam nas formas de relevo, esse gênero de interpretação guarda um pouco de exegese. No entanto, por outro lado, essa paisagem forma um todo, cujos elementos se encadeiam e coordenam; sua interpretação exige uma percepção lógica da síntese plena de vida que ela lança sob nossos olhos (VIDAL DE LA BLACHE, 2012, p. 125).

O objetivo é compreender a composição da diversidade humana. “*Les conditions géographiques des faits sociaux*”, palestra proferida na *École des Hautes Études sociales* e publicada nos *Annales de Géographie* no ano de 1902, não nos deixa mentir.

O estudo, do qual esbocei alguns traços, poderia ser assim formulado: tradução da vida geográfica do globo na vida social dos homens. Reencontramos nestas formas de civilização a expressão de causas gerais que atuam sobre toda a superfície da terra: posição, extensão, clima, etc. Elas engendram condições sociais que, sem dúvida, apresentam diversidades locais, mas que, entretanto, são comparáveis em zonas análogas. Trata-se, portanto, de uma geografia: geografia humana ou geografia das civilizações. Contudo, o homem não está para a natureza ambiente em uma relação de dependência equiparável à dos animais e plantas. Todavia, como ele fez para que as condições de existência, contraídas em certos ambientes, adquirissem consistência e fixidez suficientes para tornarem-se formas de civilização, verdadeiras entidades que podem, mesmo em certas circunstâncias, serem transportadas para outras partes? (VIDAL DE LA BLACHE apud RIBEIRO, 2012, p. 30)

A postura de se afastar do estabelecimento de leis gerais é diametralmente oposta da postura adotada na ciência moderna, que se arroga o papel de explicar tudo, em todos os lugares, como um discurso universal. De acordo com Gomes (2011, p. 209), “Vidal recusava todo sistema apriorista, essa observação devia se produzir pelo contato direto com a realidade estudada, o pesquisador interrogando diretamente seu objeto”.

Há que se registrar o fato de, justamente pela “incapacidade de formular leis”, os geógrafos foram duramente acusados de empreender uma ciência parasitária, conforme aponta René Clozier (1988). Este mesmo autor afirma ser a pretensão da descrição vidaliana fazer ressaltar os fatos típicos, em detrimento de buscar uma descrição completa, sem perder de vista sua relação com uma escala mais ampla. De acordo com Clozier, “o geógrafo descreve, pois, as paisagens naturais ou feitas pelo Homem para lhes traduzir a cor e a vida, isto é, para lhes exprimir o significado”. Ainda segundo Clozier, “a descrição [vidaliana] não pretende ser completa; pretende, sobretudo, fazer ressaltar os fatos típicos”. E mais: “os traços típicos não excluem, aliás, os traços evocadores”.

Cumprido ressaltar que seus esforços buscam exaltar a França, suas paisagens, seu povo e seus variados gêneros de vida. Ribeiro confirma nosso argumento, ao referir-se à atenção dirigida ao *pays*⁶ na *démarche* vidaliana.

Pays: mereceu atenção especial, posto que representava uma França profunda, constituída no bojo de uma temporalidade secular. A França rural, com sua arquitetura de casas de pedra e estreitas vilas medievais agitadas, de tempos em tempos, pelos peregrinos rumo a Santiago de Compostela; das pequenas propriedades de subsistência e sua adaptação ao meio, levando os camponeses a recolher a grama no verão para alimentar os animais no inverno. Ultrapassando as adversidades climáticas, linguísticas e o tamanho do território, pouco a pouco seus habitantes influenciavam-se mutuamente. Contém vários gêneros de vida e, portanto, um rico panorama paisagístico e cultural (RIBEIRO, 2008, p. 78).

Nesse caso, ao descrever estas pequenas porções territoriais com as quais uma comunidade se identifica, que guardam as marcas da relação do homem com o meio no decorrer de uma história de longa duração e que expressam as permanências e as especificidades secularmente construídas (arquitetura, costumes, enfim, gêneros de vida), Vidal denota, de certa forma, uma preocupação em “pintar” a diversidade das paisagens da

⁶ Marie-Vic Ozouf-Marignier e Marie-Claire Robic definem *pays* como “pequena unidade testemunha de uma harmonia secular entre os homens e a natureza, ao modo da região geográfica, mas à escala local” (OZOUF-MARIGNIER & ROBIC, 2007).

França. O geógrafo britânico Nigel Thrift chega a dizer que a geografia vidaliana é “um hino à França dos camponeses” (THRIFT apud RIBEIRO, 2006). Além disso, os estudos dos pays “justificavam ideologicamente o movimento de valorização das peculiaridades regionais, que se contrapunha à excessiva centralização e modernidade parisienses” (THIESSE apud RIBEIRO, 2006).

A admiração do historiador Fernand Braudel (1902-1985) frente aos geógrafos clássicos no tocante às monografias regionais é explícita e expõe a importância da descrição: “[os geógrafos clássicos] procuravam caracterizar e fixar a imagem daquela diversidade” (BRAUDEL apud RIBEIRO 2008).

É bem verdade que se trata de um método com um propósito político muito bem definido, a saber: manter uma coesão em torno do Império francês como forma de reconstruir o orgulho ferido pela humilhação sofrida após a derrota para os prussianos em 1870. Ribeiro ressalta a necessidade da manutenção da harmonia entre as classes naquela conjuntura.

É assim que a III República, traumatizada pela perda da Alsácia-Lorena e abalada pela Comuna de Paris, promoverá uma ampla reforma educacional. Cultuando a pátria, a ciência e a laicidade, o ensino deveria estabelecer o civismo e a harmonia entre as classes (RIBEIRO, 2008, p. 47).

Antônio Carlos Robert de Moraes, em seu livro intitulado *Geografia: pequena história crítica* (2005) faz apontamentos acerca do método da geografia clássica que consideramos fortemente reducionistas, especialmente quando diz que:

[a geografia clássica] propõe a realização de monografias, análises circunscritas à área enfocada, que buscam chegar a um conhecimento cada vez mais profundo dela, pela descrição e observação dos fenômenos e elementos presentes, no limite tendendo à exaustão ((MORAES, 2005, p. 87).

Partindo de uma perspectiva parecida, ao tratar do conceito vidaliano de gêneros de vida, Santos praticamente restringe a análise vidaliana a um regionalismo como se o mestre francês se retivesse nesta escala:

Na Europa, a personalidade de cada região foi se constituindo como resultado de uma longa evolução e os traços do passado podiam, por isso, cristalizar-se. As atividades criadas se mantinham durante um longo período, dando a impressão de imobilidade. Daí a ideia de que a paisagem, criada em função de um modo produtivo duradouro, devia confundir-se com a região, isto é, a área de ação do grupo interessado. É fato que assim (e sobretudo no começo da história do homem) era possível entrever certa semelhança entre paisagem e região. Mas o mundo mudou, e hoje a confusão entre os dois conceitos já não é possível. (SANTOS, 2008 [1988]).

Por outro lado, há grandes evidências que nos fazem pensar que o método proposto por Vidal de La Blache não se encerra na escala regional. Estamos falando, especialmente daquele que é um dos mais importantes fatores presentes em sua obra; algo que dá sustentação à Geografia: o *princípio da unidade terrestre*. Para Vidal, é indispensável considerar todo um encadeamento de fenômenos das mais diversas partes do globo que, juntos, resultam na feição das paisagens, enunciando, desse modo, um pioneirismo no que se refere à articulação de escalas. Sobre esta discussão em particular, vejamos a passagem a seguir do próprio geógrafo francês que consideramos importante para esta discussão:

A ideia de que a Terra é um todo, no qual as partes estão coordenadas, proporciona à Geografia um princípio de método cuja fecundidade aparece melhor à medida que se amplia a sua aplicação. Se nada existe isoladamente no organismo terrestre, se em todo lugar repercutem as leis gerais, de modo que não se possa tocar uma parte sem provocar todo um encadeamento de causas e efeitos, a tarefa do geógrafo toma um caráter diferente daquele que às vezes lhe é atribuído. Qualquer que seja a fração da Terra que estude, ele não pode nela se fechar. Um elemento geral (VIDAL DE LA BLACHE apud RIBEIRO, 2012, p. 26).

A concepção de Vidal é a de que os homens não se prendem à escala local, mas estabelecem ligações com lugares longínquos. “(...) Isso o conduz a buscar, sempre, uma visão de conjunto. Não existe espaço ou fenômeno que possa ser explicado isoladamente” (RIBEIRO, 2012, p. 25). Nesse sentido, “seria colocar uma venda nos olhos estudar uma região isoladamente como se ela não fizesse parte de um conjunto” (VIDAL DE LA BLACHE apud HAESBAERT, 2012, p. 190).

A crítica dirigida à geografia vidaliana mencionada acima relaciona-se com àquela que enfatiza a preferência dessa escola pelas permanências e pelos “quadros regionais”, como se

fosse um mero “passadista” e “localista”. Entretanto, “já no ‘Tableu’⁷ Vidal demonstrava que analisar uma região da França ou a França no seu conjunto demandava claramente abordar contextos mais amplos, na escala da Europa, por exemplo” (HAESBAERT, 2012, p. 190). Além disso, Haesbaert argumenta que, conforme exposto em “A relatividade da divisões regionais”, texto de 1911, “partir da ampliação da circulação, das trocas e das relações que ela implica, novas configurações regionais se desenham”. Assim, Haesbaert destaca uma passagem do texto em tela de Vidal como forma de combater aqueles que atribuem ao mestre francês a pecha de ter uma “visão estática” e o “localista”:

A imensidão de massas, homens e coisas colocadas em movimento, com instrumentos e capitais que elas exigem, não se acomodam mais nos restritos quadros de outrora. Aos portos, faz-se necessário um vasto interior; aos centros industriais, obcecados pelas exigências de uma produção cujo ritmo é estimulado pela importância dos capitais envolvidos, são necessários amplos escoadouros. Tãmanha é a multiplicidade dos concorrentes aos quais está aberto o acesso dos mesmos mercados, que em todos os lugares o localismo foi abalado (VIDAL DE LA BLACHE apud HAESBAERT, 2012, p. 191).

O princípio da unidade terrestre nos permite, portanto, falar de uma relação de dependência entre as escalas, isto é, um entrelaçamento entre o local e a Terra. Diante disto, imprescindível que ressaltemos o fato de que o fenômeno da globalização tem feito justiça ao mestre francês. Poderíamos, portanto, discutir o fato de a história do pensamento geográfico, vista apenas como disciplina a ser oferecida nos primeiros períodos de faculdade em detrimento de ser vista como campo de estudo imprescindível na formação do estudante de geografia, tem aprisionado os clássicos da geografia no passado, como se os mesmos nada pudessem contribuir para a compreensão do mundo atual. Diante desse quadro, temos dificuldades em reconhecer os contributos de nossos clássicos. Na verdade a situação talvez seja ainda mais grave: nós não os conhecemos devidamente. A esse respeito, Ribeiro afirma:

De modo geral, temos a impressão de que os geógrafos não valorizam suas obras e seus autores considerados clássicos. Embora nos últimos tempos seja possível constatar um interesse crescente pela história e epistemologia geográficas (inclusive dos estudantes de graduação), quando comparamos o tratamento que a Sociologia, a História e a Economia conferem a Émile Durkheim, Max Weber, Marc Bloch, Lucien Febvre, Karl Marx e Adam Smith, percebemos que ainda existe um longo caminho a trilhar no tocante à

⁷ VIDAL DE LA BLACHE. *Tableau de la Géographie de la France*, 1903.

necessidade de um investimento mais rigoroso por parte da Geografia ao redor das heranças de Humboldt, Ritter, Ratzel, Hettner, Vidal de La Blache, Demangeon, Brunhes, Sauer, Hartshorne, Darby e outros. Estamos falando de autores extremamente complexos cujas ideias, conceitos e métodos são negligenciados por uma ciência que parece não ter olhos senão para o tempo presente (RIBEIRO, 2012a, p. 155).

Ribeiro, no texto acima, discute como os estudos em torno da história do pensamento geográfico tem se retido apenas em questões de ordem teórico-metodológicas em detrimento de dar a devida atenção ao contexto histórico, tal como se a história da disciplina fosse uma sucessão linear de temas, métodos, teorias, enfim, como uma “teleologia” apontando para as “condições ‘ideais’ para o estabelecimento daquela que, a partir de então, será a *corrente* a desbancas as demais” (RIBEIRO, 2012). O mérito do artigo *A travers l’Amérique du nord*, publicado em 1905 – um daqueles textos que não foram canonizados pelos estudiosos da obra vidaliana, segundo Ribeiro -, residiria no fato de que “nos permite vislumbrar um geógrafo que, com certeza, esteve à frente de seu tempo, posto que antecipou determinados elementos que fariam parte do temário geográfico durante todo o decorrer do século XX”. No texto supracitado, diga-se, o autor refere-se a Vidal como “perspicaz intérprete da modernidade”. Embora o naquele artigo Vidal aborde a questão da urbanização norte-americana (o que por si só é argumento suficiente para defendê-lo de acusações que o aproximam de um “passadismo” e um “organicismo”), o geógrafo francês trata dos aspectos físicos, mas de um modo assaz surpreendente se considerada sua trajetória:

[...] ao mesmo tempo em que elogia os espaços abertos ao lazer, ao esporte e às crianças — os parques naturais —, realçando-os enquanto um dos elementos mais originais da vida urbana nos Estados Unidos, recrimina norte-americanos e franco-canadenses pela relação predatória com a natureza, pela “desnaturalização” de certas paisagens graças à presença de silos e motores eólicos e pelos “dias contados” da floresta por conta da abertura de canais e ferrovias (RIBEIRO, 2012a, p. 162).

Em suma, são frequentes discursos que atribuem à geografia vidaliana uma imagem de geografia datada. É com base nisto que, ao discorrer sobre o alheamento de textos de geógrafos clássicos verificado após a segunda metade do século XX, Sanchez defende a superação deste distanciamento para alcançar um:

[...] conocimiento en profundidad de la evolución del pensamiento geográfico, y de su relación con el contexto histórico en el que surge y se desenvuelve. Pero cabe otra actitud en la que prime la búsqueda de ese terreno común del que habla Gadamer, con el fin de salvar la distancia con el texto geográfico del pasado. Se trata, en este segundo caso de hermenéutica, al menos tal como la entiende el pensador alemán: “es el arte de dejar que algo vuelva a hablar, a pesar de la distancia temporal y cultural” (SANCHEZ, 2007, p. 1)

Ainda segundo Sanchez, com a intensa mutação da geografia ocorrida na segunda metade do século XX, aflorou um contexto em que se observou a fragmentação desta ciência que, outrora, fora relativamente coesa em torno de escolas nacionais.

Esta situación de pluralidad o incluso de atomización crea un nuevo contexto en el que se instaura una distancia cultural con el pasado. En el caso de la Geografía, esto es bien patente: ideas u obras que durante décadas fueron consideradas indiscutibles y plenamente vigentes, pasan a ser objeto de interés exclusivamente historiográfico, al haber sido “superadas” (SANCHEZ, 2007, p. 1).

Percebe-se, de acordo com o que viemos destacando, um forte elemento na obra vidaliana: a interdisciplinaridade. O entendimento da importância dos aspectos físicos é central na geografia vidaliana na medida em que são subsídios fundamentais para a compreensão da vida social. Nesse sentido, o mestre francês buscará contribuições tanto nas “ciências naturais”, como Geologia, Biologia, Ecologia, quanto nas “ciências humanas”, como a Sociologia, História e Etnografia (Ribeiro, 2010).

O estudo da distribuição das populações assume papel privilegiado no escopo da démarche vidaliana. De acordo com esta perspectiva, a relação homem/meio é, sobretudo, a ocupação dos espaços pelas populações. Compreender as questões relacionadas a esse processo requer considerar a influência do meio, ao contrário do que se propunha historiadores e sociólogos, alvo de críticas de Vidal na medida em que pretendiam explicar o homem por ele mesmo, conforme manifesto em seu livro póstumo (VIDAL DE LA BLACHE, 1954[1921]), referindo-se a eles como defensores da Terra enquanto simples palco às atividades humanas e que recorrem à Geografia apenas a título de consulta, para explicar a marcha da humanidade, sem, no entanto, considerar que esse mesmo “palco” exerce influências no homem. Por isso, justifica-se a célebre frase descontextualizada por Febvre: “A Geografia é a ciência dos lugares e não dos Homens” (VIDAL DE LA BLACHE apud

RIBEIRO, 2008, p. 87). Ainda que a frase citada tenha sido exposta sem que houvesse consideração por assuntos amplamente debatidos, Vidal discute, p. ex., a industrialização, urbanização, disputas territoriais, novos critérios de organização regional, peso do Estado na centralização da vida nacional (RIBEIRO 2009). Cabe sublinhar, ainda, a influência da ideias do mestre francês sobre Fernand Braudel, sobre o qual se debruça Guilherme Ribeiro, que versando sobre o conceito de geo-história, afirma que:

Ligada à Escola Francesa de Geografia, a gênese daquele conceito tinha como propósito maior a incorporação do meio à história, fosse por intermédio das lições de Vidal de La Blache sobre os gêneros de vida, fosse pela diversidade empírica aportada pelas monografias regionais (RIBEIRO, 2011, p. 259).

É possível perceber que, para Vidal, não há dicotomia entre geografia “física” e geografia “humana”, pois se considera, cada vez mais, a importância de compreender a dinâmica da natureza no desenvolvimento dos povos. Neste caso, a natureza é vista tanto como possibilidade, na medida em que pode ser encarada como facilitadora da indústria humana, como obstáculo para seu desenvolvimento. Por isso o conceito de *gênero de vida* é fulcral para a geografia, cuja manifestação se dá na paisagem. Para Vidal de La Blache, a paisagem é obra do entrecruzamento de fatores do clima, do relevo, das associações vegetais e, também, de um novo elemento: o homem. Ela denuncia a luta do homem com o meio, isto é, sua reação em busca de sobrevivência a partir da técnica desenvolvida no decorrer do “tempo geográfico” – termo posteriormente cunhado por Fernand Braudel. Sobre este debate, Santos afirma que:

A teoria de Vidal de La Blache concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A esse conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou “gênero de vida”, que exprimia uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, constituída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida (SANTOS, 2008, p. 69).

Sendo assim, os gêneros de vida existiam em função da *posição* que as populações ocupavam no globo. Destarte, a descrição era a tentativa de identificar os elementos das mais

diversas partes da Terra (e por isso o “jogo de escalas”) que concorriam para a formação das regiões, aí incluído o homem como um elemento essencial. Assim, o ato de descrever praticado por Vidal não deve ser confundida com um descritivismo ou com um empirismo, conforme afirma Ribeiro. Não se trata de uma descrição inocente, mas de um método muito inovador. O reconhecimento do conhecimento popular atesta nossa afirmativa:

Longe do descritivismo e do empirismo, descrever era uma espécie de descoberta: em suas viagens, o geógrafo coletava informações e as apresentava como novidade, divulgando as feições da superfície terrestre e os contrastes físicos, sociais e culturais entre os espaços. Vidal não deixa de ser um explorador, mas do território francês. [...] Isso poderia ser obtido através do reconhecimento do terreno e, conseqüentemente, por meio da valorização do conhecimento empírico do povo francês: o vocabulário popular, p.ex., pode ser útil na elucidação de um problema. Igualmente, são os camponeses “geólogos à sua maneira”, enquanto os comerciantes são bons narradores dos hábitos dos países estrangeiros (RIBEIRO 2010, p. 83).

Para corroborar as afirmações acima, ressaltamos um Vidal que, ao referir-se à forma como os habitantes nomeiam seus *pays*, reconhece que estes nomes podem ser pistas que indicam as características do lugar. Assim, admite-se que o geógrafo deve estar atento ao conhecimento popular, além de buscar, sempre, estar em contato o mundo visível, bem como a compreensão do encadeamento de fenômenos – físicos e sociais – que, em conjunto, compõem um gênero de vida e uma paisagem. As citação a seguir é de valor inestimável:

Às vezes, não é só um *pays*, mas uma série contínua de *pays* designada pelos habitantes por um nome que indica, ao observador, a analogia de seus caracteres [...] De fato, esses nomes não são termos administrativos ou escolares, são de uso cotidiano, o próprio camponês conhece e emprega. Enquanto produtos da observação local, não poderiam abarcar grandes extensões; eles são restritos como o horizonte dos que utilizam. São *pays* antes que regiões. Mas nem por isso têm menos valor para o geógrafo. A expressão *pays* tem como característica ser aplicada aos habitantes quase tanto quanto ao terreno. Quando tentamos penetrar no significado desses termos vimos que eles expressam não uma simples particularidade, mas um conjunto de características extraídas ao mesmo tempo do solo, das águas, dos cultivos e das formas de habitação. Eis, portanto, apreendido em seu estado natural, este encadeamento de relações que parte do solo e desemboca no homem e que, falávamos no início, deveria forma o objeto próprio do estudo geográfico! Instintivamente adivinhado pela observação popular, esse encadeamento se precisa e coordena através da investigação científica. Para compreender o que ensino geográfico lhe exige, um professor não poderia encontrar melhor exercício e melhor guia que esses nomes de *pays*. Aqui está, de fato, o que eu chamaria de as fontes vivas da geografia (VIDAL DE LA BLACHE, 2012, p. 208-210).

Destaca-se a importância dos trabalhos de campo empreendidos na Geografia clássica. Neles, inclusive com o auxílio da fotografia (Ribeiro, 2008), Vidal empreende - além de seus discípulos Demangeon, de Martonne, Brunhes, Deffontaine e Monbeig - uma *interpretação geográfica* das paisagens. Eis o que consideramos uma grande contribuição da geografia vidaliana. De acordo com a escola francesa de geografia, por meio dos trabalhos de campo, é possível registrar as formas e a diversidade das paisagens, bem como desvendar suas especificidades.

Nestes trabalhos de campo a finalidade não era inventariar informações, mas, por intermédio da observação, atualizar a imagem das regiões, que vão, lentamente, recebendo feições distintas das anteriores no decorrer da história multissecular.

[...] era mais que um registro ou um inventário. Havia uma interpretação geográfica das paisagens : uma vez caracterizada a composição geológico-geomorfológica de uma certa área, notava-se que esta “estrutura” multissecular ia recebendo, aos poucos, uma feição diferente da anterior. Sujeita ao homem, a natureza exercia seu poder de adaptação ; sujeito à natureza, o homem exercia seu poder de transformação. A descrição, portanto, não era ingênua : ela seguia os passos das modificações humanas provocadas no meio e das mudanças sociais resultantes da modernidade (RIBEIRO, 2008, p. 84).

De acordo com Gomes, a “observação devia se produzir em contato com a realidade estudada” (GOMES, 2011, p. 209). É seguindo essa trilha argumentativa que Besse destaca a afirmação de Mari-Claire Robic a respeito da geografia vidaliana:

O terreno substitui o livro, o texto, e mesmo o arquivo do historiador. Ele adquire um valor heurístico fundamental, uma vez que constitui o substrato onde se lê a relação homens-meio, que se torna, a partir do início do século XX, a problemática explícita da geografia humana (ROBIC apud BESSE, 2006, p. 68).

Dimensão estética em Vidal de La Blache e indícios de um método interpretativo.

Faz-se necessário esclarecermos sobre a discussão em relação à paisagem presente neste trabalho e uma suposta contradição no que se refere à nossa admiração para com a geografia vidaliana. Concebemos que a paisagem refere-se a uma experiência historicamente e culturalmente situada, apreendida a partir de um “hábito perceptual” (CAUQUELIN, 2007, p.114) que é tributário do desenvolvimento das técnicas da pintura.

Por outro lado, Maciel encara a descrição na geografia vidaliana da seguinte maneira:

A forma reuniria matéria e finalidade em um só conjunto, o meio — domínio epistemológico da geografia. Nesta concepção, o meio é um ente concreto e pode ser objetivado pelo saber científico através do estudo de sua fisionomia, que é uma expressão da singularidade das combinações de força, e das relações de causa e efeito decorrentes da conexão entre os seus elementos constitutivos (MACIEL, 2001, p. 73)

Necessário reconhecer o fato de que Vidal dirigiu suas investigações à fisionomia da paisagem.

Este é um conceito fundador para a geografia do começo do século XX. Encontra-se frequentemente em Paul Vidal de La Blache – o iniciador do que se convencionou chamar de escola francesa de geografia – expressões como “fisionomia da região”, “fisionomia de um país”, “fisionomia da paisagem” ou “fisionomia da terra” (BESSE, 2006, p. 66).

Nesse sentido, percorremos, até aqui, dois polos extremos quanto à experiência paisagística. De um lado, discutimos a paisagem como um símbolo ou um conjunto deles e que, portanto, permite-nos aceitar diversas interpretações, diversas *leituras*. Por outro - e cumpre ressaltar que esta operação é demasiadamente temerária na medida em que é extremamente discutível simplificarmos Vidal em todas as suas fases, situando-o “neste lado” – retratamos uma maneira de encarar a paisagem que se retém na sua dimensão aparente.

Em defesa de Vidal, é importante considerarmos o fato de que Paul Claval identificara na geografia vidaliana uma das matrizes da geografia cultural, cujas bases filosóficas – o romantismo e a fenomenologia – são, justamente, as contracorrentes da modernidade (RIBEIRO, 2006).

Imperioso destacarmos dois importantes pensamentos no que se refere à sua compreensão. O primeiro refere-se à paisagem, ou à natureza, apenas como obra da representação. De acordo com Yanci Ladeira Maria:

Para certas correntes do pensamento que valorizam apenas o caráter representativo, a natureza só existe porque é percebida, pensada, concebida pelo homem. É a partir da existência humana, de sua percepção sensorial e do desenvolvimento do *logos* e da razão que o mundo é concebido e compreendido, quer dizer, torna-se real (MARIA, 2010, p. 18).

Entretanto, e aqui está situado o pensamento de Jean-Marc Besse e também o nosso, a natureza não deve ser reduzida à sua dimensão representativa. Os fenômenos físicos que constituíram a natureza antecedem o homem.

Mas o fato é: mesmo se o homem não existisse nesse planeta, ou se não fosse dotado de pensamento, a Terra continuaria em sua evolução (entendida aqui no sentido do desenrolar das manifestações físicas, bem como da vida e suas mutações), como o era antes da existência dos homens (MARIA, 2010, p. 18).

O desdobramento deste argumento é que a natureza e – e por extensão, a própria paisagem - deve ser entendida com um *híbrido*, isto é, “por meio da união destes dois sentidos: como criação do homem a partir de sua interação com o ambiente, mas sem por isso, negar a sua realidade objetiva e pré-existente à humanidade” (MARIA, 2010). A própria origem da noção de paisagem reforça esta dualidade: é representação, mas é representação de uma natureza anterior ao sujeito que a representa.

Desta maneira, o surgimento da noção de paisagem, sobretudo em seu sentido de representação da natureza, apresenta estas qualidades – subjetivação e criação humanas em relação a um ambiente pré-existente ao homem, mas do qual ele é parte (MARIA, 2010, p. 19).

Esta concepção é a mesma que orienta Augustin Berque quando define a paisagem tanto como marca – cujo estudo permite um método mais racionalista, por assim dizer –, quanto matriz – em que deve-se pensar a paisagem de modo a relacioná-la com uma cultura e com um sujeito social. É com esta orientação que Jean-Marc Besse indaga:

[...] a paisagem é verdadeiramente, e principalmente, da ordem da representação? É possível ficar satisfeito com esta definição restritiva da representação paisagística, que faz da paisagem uma noção e um valor essencialmente estéticos, construídos essencialmente na e pela pintura? É possível dar-se por contente em dizer que a paisagem é, de modo geral, uma estetização, uma “picturalização” do olhar lançado sobre a natureza? (BESSE, 2006, p. 61)

O que se segue às perguntas feitas por Besse é a constatação de que, se devemos considerar a dimensão da representação da paisagem, necessário considerar uma infinidade de representações, para além da representação estética:

[...] é preciso também fazer jus a outros olhares culturais lançados sobre a natureza, a outros universos de significação, a outros conceitos e a outras práticas que, tanto quanto a estética, são investidas no território (investidas no sentido mais literal do termo). Há o olhar do cientista, o do médico, o do engenheiro, o do religioso ou do peregrino etc. Em cada caso, o território é afetado por qualidades particulares, próprias ao interesse (BESSE, 2006, p. 62).

Nesse sentido, o autor sugere que a interdição da abordagem científica no tocante à paisagem repete a velha dicotomia moderna referente ao conhecer e o sentir, costume característico do paradigma moderno. Esse pensamento ecoa a ideia de que não pode haver abordagem científica e fruição estética porque não há ciência do belo. Por outro lado, esta concepção não se espelha em toda parte. Desde o século XVII, especialmente nos Países Baixos, a descrição geográfica e a pintura de paisagens mantêm relações. Afinal, um dos elementos primordiais da geografia – o mapa – não é nada além de uma representação, uma *mimesis*. Besse sustenta que, no século XVI, vários foram os cartógrafos que recuperaram a analogia que relaciona geografia e pintura iniciada com Cláudio Ptolomeu (90 – 168 d.C.), cujo trecho abaixo ilustra bem:

A geografia é uma imitação gráfica da parte conhecida da terra, considerada globalmente, nos seus traços mais gerais; [...] se os matemáticos se permitem explicar à inteligência humana o próprio céu, tal qual ele é ao natural, porque pode-se vê-lo girar em torno de nós, para a terra, ao contrário, é-se obrigado a recorrer à representação pictórica. (PTOLOMEU apud BESSE, 2006, p. 17)

De acordo com Besse, a atitude dos geógrafos do final do século XIX e início do século XX frente à paisagem não nega sua dimensão estética. Dito isso, o autor lembra que as ciências da natureza no século XIX assumem a paisagem mantendo sua relação com os meios figurativos. É o que atesta um dos primeiros geólogos da ciência moderna - Albert Lapparent (1839 – 1908).

Até aqui, raramente se demandou das nossas paisagens francesas do nordeste outras sensações estéticas que não a das águas claras e verdes prados, enquadrados por risonhas colinas onde o tom dourado das colheitas realçava o sombrio e majestoso colorido das florestas situadas nos cumes. Na verdade a tradição ali mesclava frequentemente lembranças de invasões e guerras civis. Mas eis que os mesmos sítios se põem a nos contar insistentemente sobre lutas, mutilações e conquistas de data bem mais antiga e, além disso, bem diferentes daquelas de que a história dos nossos pais está repleta; porque nenhuma vítima humana pagou com seu sangue os resultados obtidos; nenhum crime, nenhum ato de má fé veio enegrecer a realização regular das leis colocadas pela Suprema sabedoria (LAPPARENT apud BESSE, 2006, p. 63).

O que Besse quer demonstrar é o fato de que os cientistas do período aludido não interdita a abordagem estética, mas buscam “analisar-lhe o conteúdo, as razões. Trata-se de acompanhar, ou de aprofundar, a estética pela ciência, *como se o conhecimento se colocasse a serviço da fruição*” (BESSE, 2006, p. 63, grifo nosso). Nesse caso, é partindo da fruição estética que geógrafos, botânicos e geólogos do século XIX estabelecem sua pesquisa, mas buscando analisar a dimensão do visível. Deste modo, os mesmos estabelecem uma outra relação com o visível para além do sensível: ele revela algo, conta uma história, mas estão *apoiados* numa dimensão estética.

O visível conta algo, uma história, ele é a manifestação de uma realidade da qual ele é, por assim dizer, a superfície. A paisagem é um signo, ou um conjunto de signos, que se trata então de aprender a decifrar, a deciptar, num esforço de interpretação que é um esforço de conhecimento, e que vai, portanto, além da fruição e da emoção. A ideia é então que há se *ler* a paisagem. É nesta perspectiva que estão situadas as ciências da terra e em particular, a geografia, que faz da paisagem, seu objeto específico, ao menos no início do século XX (BESSE, 2006, p. 63-64, grifo do autor).

Tomemos como exemplo o trecho a seguir de *Routes et Chemins de l'ancienne France* (Rotas e caminhos da antiga França), palestra proferida em 1902 na Sorbonne no âmbito do Congresso Nacional das Sociedades Científicas e publicado no ano seguinte.

O que nos impressiona hoje, quando, com a ajuda de textos ou de mapas antigos, conseguimos pouco a pouco reconstruir a antiga fisionomia de nossos velhos *pays*, é o quanto, na sua maior parte, revela-se fortemente a marca local. Doravante, nossos olhos, habituados á uniformidade geral que acaba por não mais nos incomodar nem surpreender, reencontram ali, em todos os hábitos da vida, a expressão de um ambiente especial (VIDAL DE LA BLACHE, 2006, p. 122).

Percebe-se que no texto em questão, a partir da dimensão visual e do método descritivo, fazendo questão de expor suas impressões pessoais, Vidal versa sobre uma dimensão cultural, “incorpora um espiritualismo eclético que rejeita o positivismo e o mecanicismo” (RIBEIRO, 2006). Ao investigar a história da circulação na França, constatando que os registros nesta área não são suficientemente documentados, Vidal afirma:

Como seria interessante seguir o peregrino sobre a estrada onde, de santuário em santuário, de relíquia em relíquia, exalta-se o caminho exercendo sua piedade, à espera que ele alcance o objetivo final de sua devoção! O comerciante nos falaria, à maneira de Balducci Pegolotti, dos hábitos dos países que ele frequenta, dos perigos, das precauções a tomar para garantir sua segurança. Nós seguiremos de bom grado os curiosos à espreita das “singularidades”, de monumentos, curiosidades naturais que, na França, se oferecem em grande número pela estrada. Essa seria uma circunstancia preciosa sobre um ângulo da vida de outrora [...] (VIDAL DE LA BLACHE, 2006, p. 120)

Maximilien Sorre (1880 – 1962), geógrafo vidaliano que desenvolveu o conceito de gêneros de vida proposto por Vidal, afirma que a geografia sustenta-se na contemplação da paisagem:

Nós diríamos de bom grado [...] que toda a geografia está no estudo da paisagem: os outros meios de conhecimento, análise estatística, análises históricas da evolução dos agrupamentos humanos com base em documentos de arquivos, servem somente para precisar, para contemplar, para ratificar as ideias que nós extraímos do estudo direto da natureza. Todas as ideias de um biogeógrafo são extraídas da contemplação da paisagem. É preciso estar no

meio da natureza para sentir o ritmo de sua vida (SORRE apud BESSE, 2006, p. 64).

A sugestão que Jean-Marc Besse quer fixar é a de que a geografia oitocentista estabelece uma outra relação com o visível: não nega a representação estética - sobretudo se pensarmos que os escritos de Vidal nos fazem pensar que ele faz uma homenagem à diversidade regional e de gêneros de vida da França -, mas que, a partir de uma fruição estética, busca produzir um conhecimento aprofundado. Isso quer dizer que a paisagem, em sua dimensão aparente (superficial, se considerarmos uma dimensão sógnica) revela uma história. Ribeiro, de algum modo, corrobora esta interpretação, quando comenta o texto de autoria de Vidal supracitado no qual o mestre francês buscava reconstituir a história dos antigos *pays* franceses por meio da descrição das paisagens enquanto percorria as antigas rotas de circulação:

Os espaços de experiência do homem comum são aqui resgatados, sublinhando suas práticas que criam geografias tanto materiais quanto imaginárias. Exaltada a França, cuja geografia favorece a circulação, as trocas e a sociabilidade entre seu povo, é exaltado também o campo do imaginário e do simbólico através dos peregrinos, da pintura e dos ditados populares (RIBEIRO, 2006, p. 118).

Diga-se, conforme ressaltou Ribeiro, trata-se de um “texto de Geografia Cultural. Mas também de Geografia Histórica. De Geografia Econômica. De Geografia Humana” (2006, p. 118).

Temos prazer, então, em evocar, sobre estas velhas rotas, os sentimentos daqueles que as percorreram. Elas personificam-se, assim, em nosso espírito. Sobre elas paira um rastro de lembranças que vão, é verdade, se apagando, e que em breve existirão apenas na alma dos historiadores arqueólogos, ou no eco agonizante de alguma tradição popular. Contudo, deste passado do qual se esquece do qual se esquece muito rápido, as rotas são um traço dos mais vívidos (VIDAL DE LA BLACHE, 2006, p. 122).

Em suma, Jean-Marc Besse discute que o aspecto do território não é apenas uma aparência sensível, que deveríamos abandonar, mas, ao contrário, “é no plano das aparências

que é preciso se situar para aprender toda a sua densidade epistemológica e ontológica”⁸ (BESSE, 2006, p. 67).

A geografia vidaliana analisa as características que singularizam o território considerado frente a todos os outros e que é necessário compreender. Para Besse (2006, p. 66), “*fisionomia e característica* não são representações subjetivas, não são seres fictícios forjados para as necessidades da análise pelo intelecto do geógrafo”. São, antes de tudo, “realidades objetivas que identificam um território”.

Outro aspecto discutido pelo autor em questão é o fato de que, ainda que o conceito de paisagem e os meios de estudá-la tenham mudado desde o início do século XX, a ideia de fisionomia permanece. Ao introduzir a noção de paisagem apoiada na fisionomia – suporte da ciência geográfica vidaliana –, o autor sugere que “o aspecto das coisas é uma realidade geográfica” (BESSE, 2006, p. 67).

Segundo o vidaliano Jean Brunhes, citado pelo autor em questão: “Em todos os lugares [o homem] inscreve sua passagem por *impressões* que são objeto de nossos próprios estudos” (BESSE, 2006, p. 67, grifo nosso). O autor busca ressaltar a ideia das atividades humanas enquanto fatos geográficos, no sentido de que são diversas tanto quanto são diversas as condições impostas pelo meio aos homens. Em outras palavras, os fatos geográficos são *inscrições*.

O que é então um fato geográfico? Uma inscrição. E quais são os objetos do olhar geográfico? Os traços, as impressões da atividade humana e, mais genericamente, da “vida”, que passa sobre o solo, nele deixando suas marcas. A noção de *paisagem* encontra nesta definição do fato geográfico sua plena legitimidade. A paisagem, aos olhos do geógrafo, é uma impressão (BESSE, 2006, p. 67, grifo do autor).

Esta perspectiva vale tanto para os elementos “naturais” quanto para os elementos “humanizados”:

Isto não só porque a paisagem apresenta ao olhar elementos não naturais: habitações, estradas, instalações industriais, limites de propriedade e de uso, todo um conjunto de sinais que marcam a influência de uma sociedade sobre

⁸ Esta perspectiva nos autoriza, aliás, pensar a obra vidaliana como um ponto de partida pois, se o mesmo ocupasse, fundamentalmente, da dimensão aparente, é por meio dele que devemos chegar à compreensão da paisagem em sua dimensão ontológica. No limite, podemos esboçar um “caminho” que vai de sua aparência à sua essência.

o solo. Da mesma maneira, a natureza é humanizada, socializada, as formas naturais mediatizadas e transformadas pela intervenção humana. Aliás, isto também vale para os próprios componentes naturais: as formações vegetais primitivas foram modificadas sucessivamente pelo cultivo e pelo abandono das terras (reflorestamento, desflorestamento). Do mesmo modo, a escolha das plantas cultivadas, o estilo dos campos, a distribuição das águas (agenciamento dos rios, irrigação) e o ordenamento das encostas exprimem a influência social (BESSE, 2006, p. 67-68).

Com o exposto acima, entende-se que o autor busca defender a ideia de que a aparência do território denuncia a relação entre homem e meio, - constituindo, portanto, um “artefato”⁹, de acordo com suas palavras – e isso é evidente no trecho a seguir:

(...) o aspecto de um território revela ao geógrafo os elementos de um ‘gênero de vida’, ou seja, todos os elementos expressivos de uma interação entre homens-meio: paisagens, fatos etnográficos como vestimentas, lazeres, costumes, etc., num determinado local da face do globo. Ali estão projetos que não são textos. Eles devem ser vistos para serem compreendidos. (BESSE, 2006, p. 68).

Esta é uma interpretação bastante inovadora da obra vidaliana. Nesta perspectiva, Vidal encara a paisagem como uma impressão e como uma escrita e, portanto, aberta à interpretação, à leitura.

A superfície terrestre é, de fato, o *substratum* comum em que os efeitos destes diferentes fatores se inscrevem em caracteres plásticos. Existe entre os fenômenos naturais um estreito encadeamento. Embora dependentes de causas diferentes, que convém estudar separadamente, eles reagem sem cessar uns sobre os outros. [...] Destas relações nascem os aspectos característicos. Cabe ao geógrafo lançar luz sobre os conjuntos originais que são produzidos na superfície do globo pelas combinações cheias de variedades que estes fenômenos realizam. Também neste sentido podem existir regiões naturais [...] Elas resultam do conjunto dos fenômenos físicos que se combinam na fisionomia do território (VIDAL DE LA BLACHE apud BESSE, 2006, p. 69).

Novamente aparece a natureza interpretativa da ciência que Vidal ajudou a erigir. Nesse sentido, Besse ressalta que há de fato uma teoria geográfica das impressões:

⁹ Na definição do *Dicionário de Filosofia* Nicola Abbagnano (2007, p. 82-83), artefato consiste em um “objeto produzido, no todo ou em parte, pela arte ou por qualquer atividade humana, na medida em que se distingue do objeto natural, produzido pelo acaso”. Entretanto, um artefato para ser designado como tal, “deve manifestar a intenção, preexistente à sua construção, de utilizá-lo com finalidade determinada, ou seja, deve constituir a realização de um projeto”.

[...] de um lado, uma superfície de impressão, a superfície terrestre, que é apresentada como um substrato, como uma espécie de massa plástica que pode acolher todas as inscrições; de outro, os diversos agentes de impressão que são as diferentes séries causais, que vêm inscrever seus efeitos sobre o substrato inicialmente dado. Neste mundo da plasticidade, que só possibilita uma modelagem ou um aperfeiçoamento (por exemplo, uma ação do homem sobre a terra), o fato geográfico se apresenta como uma escritura. A superfície terrestre é escrita: é a paisagem. (BESSE, 2006, p. 70).

Esta é a mesma concepção do geógrafo francês Eric Dardel, que cunhou o termo *geografia*, pois:

[...] há uma *grafia* objetiva da terra, e o saber geográfico é fundamentalmente o empreender a leitura e a decodificação destes signos da escrita que são os desenhos das encostas, os contornos das montanhas, as sinuosidades dos rios e também as diferentes formas de estabelecimento humano sobre a Terra. (BESSE, 2006, p. 70).

Dardel, portanto, afirma: “o conhecimento geográfico tem por objeto a elucidação dos signos, disto que a Terra revela ao homem sobre sua condição humana e seu destino” (DARDEL apud BESSE, 2006).

Cabe aqui o que Gomes (2011, p. 210), advertiu sobre a descrição paisagística vidaliana. Ele lembra que “a descrição era o esclarecimento dos fatores responsáveis por cada paisagem (...) Vidal não propõe um modelo descritivo fixado de uma vez por todas”. Este último entende que “a descrição geográfica deve ser flexível e variada como seu próprio objeto” (VIDAL DE LA BLACHE apud GOMES, 2011, p. 210). Nesse sentido, a descrição não devia seguir um plano rígido. Devem ser feitas, portanto, “descrições flexíveis”.

Isto permite-nos fazermos a seguinte avaliação: se Vidal parte de uma descrição “seletiva” como forma de chegar a uma explicação (GOMES, 2011, p. 210) na medida em que não é sua pretensão engessá-la, mas torná-la tão flexível e variada quanto o são as paisagens, a questão da intuição entra em jogo.

Segundo Gomes, o pai-fundador da escola francesa de geografia via a natureza como um livro; “Quanto mais páginas se desenrolam no estudo da Terra, mais se percebe que elas são folhas de um mesmo livro” (VIDAL DE LA BLACHE apud GOMES, 2011, p. 204). Pode-se entender, partir do exposto o fato de que o método vidaliano é de natureza

interpretativa. Ainda de acordo com Gomes, “o papel da intuição era fundamental para a observação. Pelo contato direto com as regiões, os geógrafos percebiam o plano de sua estruturação”. (GOMES, 2011). O autor prossegue: “Eles [geógrafos da escola vidaliana] produziam interpretações a partir deste contato com seu objeto. A antiga hermenêutica não está muito longe do comportamento destes geógrafos, “leitores” eruditos das paisagens e das regiões” (GOMES, 2011, p. 211).

Ensino de Geografia e a importância da imagem na educação do olhar

A fotografia é a imagem que se faz na intersecção da técnica e da intuição, da razão e da emoção, da observação e da prática, sendo, portanto, um objeto de natureza singular. Como fonte para o fazer pedagógico insere o silêncio no universo da palavra, o que exige daquele que trabalha com esse material, saber lidar com o limite da narrativa, na mesma medida, em que a imagem se reserva o direito de se manter indelével, pois intensamente sentida (DANTAS & MORAIS, 2007).

A geografia é uma ciência fundamentalmente imagética. A observação da imagem do mundo é o ponto de partida da geografia. Mediados pela observação, buscamos compreender as determinações socioambientais da produção do espaço. Não por acaso, se indagarmos alguns estudantes sobre as imagens que lhes vem à cabeça ao pensar em geografia, certamente a lembrança do mapa não tardará a aparecer. Novaes lembra que, segundo Yi-Fu Tuan, uma aula de geografia que não contasse com o auxílio de imagens corresponderia a "uma aula de anatomia sem esqueleto", pois o geógrafo “depende mais da câmera do que outros cientistas sociais” para apresentar o mundo aos alunos (TUAN apud, NOVAES, 2011, p. 7). De acordo com alguns autores, a geografia deveria cuidar da “alfabetização do olhar”, sobretudo nos dias atuais com as novas tecnologias que têm substituído a escrita no cotidiano dos jovens (GIRÃO & LIMA, 2013, p. 89).

Conforme já tratamos anteriormente, Jean-Marc Besse, avaliando a história do pensamento geográfico, especialmente a obra de Vidal de La Blache, argumenta sobre o fato da Geografia amparar-se no olhar:

A geografia é classificada aqui ao lado das disciplinas de interpretação, e a história dos problemas metodológicos da geografia sairia ganhando, sem dúvida, ao ser considerada no horizonte da história da hermenêutica. Dito de forma mais precisa, é possível haver interesse nas perspectivas abertas por uma “hermenêutica paisagística” (BESSE, 2006, p. 72).

Cumprir lembrar que Vidal (1943) sugeriu para o ensino de geografia da escola primária, a observação por meio do trabalho de campo como modo de ilustrar conceitos trabalhados em sala de aula de modo a facilitar a aprendizagem pelos alunos:

O estudo das formas oferece outras dificuldades. Não há nada mais complexo na geografia [...] Mas, na inesgotável variedade de formas que apresenta a superfície terrestre, há traços principais, essenciais, com os quais convém familiarizá-los. As palavras planícies, montanhas, rios, costas, ilhas, penínsulas, etc., devem tomar forma sensível para eles; é preciso não contentar-se com secas definições. Mas como proceder? Suponhamos que se trata de pequenos alunos de Paris, que só conhecem o rio que corre entre os cais e a erva que nasce entre as pedras do calçamento [...] Estas palavras por si mesmas não dizem nada, e eu não me atrevo a esperar que os recursos dos nossos orçamentos permitam multiplicar o bastante as colônias escolares de férias para que possam ilustrar-se *de visu*. Resta, é verdade, a imagem (VIDAL DE LA BLACHE, 1943, p. 20)

Segundo Dantas e Morais (2007), Vidal deixou grandes lições para olharmos e aprendermos sobre o mundo que nos cerca, ao considerar o conjunto da superfície terrestre como o objeto de investigação da geografia sustentando-se no princípio da unidade terrestre:

Podemos extrair estratégias metodológicas que se movem pelos meandros da observação/descrição, dos resíduos e das combinações para perscrutar outras fontes e materiais, ampliando o escopo de intervenção do olhar sobre o meio. A tradição geográfica elege o ambiente como o laboratório da produção do conhecimento, sendo ele físico e concreto, e a atividade de campo como meio para aprender e ensinar sobre a realidade (DANTAS e MORAIS, 2007).

Nesse sentido, sustentada na perspectiva da unidade terrestre proposta por Vidal, a utilização da iconografia torna-se, na sociedade moderna, uma importante alternativa para auxiliar a pesquisa de campo. Deste contexto emerge o olhar como “caminho para adentrar e compreender o labirinto espacial em que se transformou a Terra” (DANTAS & MORAIS, 2007).

La Blache ao eleger a observação/descrição como caminho para interpretar a realidade, transforma o geógrafo em um sujeito privilegiado para olhar e encontrar aquilo que apenas se mostra, sem jamais falar. Em outras palavras, o geógrafo está imerso no mundo das imagens, estejam elas grafadas em suportes diversificados, estejam elas disponíveis no grande cenário que é a paisagem (DANTAS & MORAIS, 2007).

Entretanto, conforme assevera Dantas e Morais (2007), faz-se necessário alertar para o fato de que a utilização da iconografia não deve ser restringida ao auxílio da atividade de campo, mas deve ser incorporada ao próprio ofício do professor como meio para ampliar a capacidade de lermos, interpretarmos e interferirmos no mundo. “Ensinar a olhar as imagens do mundo se constitui no desafio do professor de geografia” (DANTAS & MORAIS, 2007)

A tradição geográfica elege o ambiente como o laboratório da produção do conhecimento, sendo ele físico e concreto, e a atividade de campo como meio para aprender e ensinar sobre a realidade. Nesse caminho, precisamos fazer uso de diferentes registros, sendo a iconografia um deles (DANTAS & MORAIS, 2007).

De acordo com Novaes (2011), a imagem acompanhou a difusão do conhecimento geográfico em diversos momentos de sua história. Desde os mapas de Ptolomeu, passando pelas gravuras nos escritos de viagem de Alexander Von Humboldt aos filmes da *National Geographic*. Gomes e Ribeiro afirmam que:

Na longa história da Geografia, essas imagens foram: mapas, desenhos, gravuras, pinturas, fotografias, blocos, diagramas, fluxogramas, esquemas, gráficos, tabelas, filmes etc, como nos foi dito em inúmeras oportunidades (GOMES & RIBEIRO, 2013, p. 27)¹⁰.

Com o avanço da fotografia, a câmera, (que, diga-se, despertou grande interesse em Humboldt) tornou-se uma ferramenta “indispensável” para a realização de trabalhos de campo, tendo sido de grande utilidade para a escola francesa de geografia. A exemplo disso, destaca-se “o famoso *Tableau de la Géographie de la France*, de Paul Vidal de La Blache”,

¹⁰ Os autores estendem a discussão sobre a ideia de imagem. Para eles, é possível construir imagens textualmente por meio de narrativas, como fizeram Humboldt e Vidal (GOMES & RIBEIRO, 2013, p. 29).

que é “ricamente ilustrado com mapas e esquemas gráficos que ajudam na tarefa de retratar a ‘personalidade geográfica da França’” de acordo com Novaes (2011, p. 9).

Mas não basta o simples reconhecimento da importância da imagem para a disciplina geográfica, pois, conforme questiona Novaes: “até que ponto o reconhecimento de que as imagens são importantes no discurso do geógrafo tem resultado em uma reflexão sistemática sobre a representação pictórica na disciplina?” (NOVAES, 2011, p.10).

Conforme aponta Novaes, Gillian Rose critica, em um artigo chamado "*On the need to ask how, exactly, is geography 'visual'?*" (apud NOVAES, 2011, p. 10) o fato de que, ao assumirem que a geografia é uma disciplina "visual", muitos geógrafos parecem pressupor que já entendem as imagens utilizadas, não produzindo uma reflexão sistemática sobre este objeto de estudo. O que se quer debater é o fato de que, muitas vezes, as imagens são usadas como sinônimo de “verdade”, mesmo que seja conhecido de todos que:

(...) o posicionamento do fotógrafo, seu enquadramento, a luz, o foco, são alguns elementos que definem omissões e destaques na ‘re-apresentação’ dos espaços. Esta ideia é bastante óbvia, mas é curioso observar como o hoje banalizado reconhecimento da seletividade das imagens contrasta com um uso frequente destas mesmas enquanto "signos de verdade" nas aulas de geografia (NOVAES, 2011, p. 10).

Partilhamos com os autores Paulo Cesar da Costa Gomes e Letícia Parente Ribeiro a ideia segundo a qual:

aquilo que vemos, como vemos e as condições que intervêm sobre o que vemos definem diferentes regimes de visibilidade. Analisar as imagens a partir de uma abordagem geográfica significa pensar sobre as condições que regulam nossa percepção sobre a espacialidade (GOMES & RIBEIRO, p. 34).

Entretanto, Rose (apud NOVAES, 2011) destaca que a imagem segue exercendo um "efeito-verdade" no discurso do geógrafo, corroborando as palavras do expositor, uma vez que a imagem lhe confere autoridade ao passo que a audiência, passiva, seria, então, convidada a acreditar no que é mostrado na apresentação e nos seus argumentos. Desta feita, a depender da seleção de imagens, pode-se perpetuar determinados estereótipos, conforme apontam Lima e Steinke:

Em se tratando do ensino de Geografia, ao pensarmos no estereótipo que a Amazônia possui nos livros didáticos, temos que a imagem que permanece para todo e qualquer aluno é que a população residente na região é composta apenas por índios que vivem em cabanas na floresta (LIMA & STEINKE, 2011, p. 9).

Certamente não se pode negligenciar a questão ideológica na produção de recursos visuais a serem usados sem a devida reflexão, pois sua finalidade é construir consensos. Não foi assim com a produção de mapas que, historicamente, serviram para imprimir no imaginário social determinadas ideias convenientes com “os objetivos das agências promotoras do desenvolvimento”? (ACSELRAD e COLI apud MALAGODI, 2012, p. 8) Como exemplo, citando a cartografia tradicional, que buscou representar a própria Amazônia, destacou-se a invisibilização dos mais diversos atores sociais, como se aquele fosse um grande vazio demográfico, justificando a irrefreável exploração em nome do desenvolvimento capitalista:

A Amazônia é um lugar que a maior parte dos brasileiros só conhece no mapa: aquela imensidão monocromática, em geral verde, cortada por muitos traços azuis, que ocupa todo o Norte do país. Para muitos, há muito tempo, ela é associada ao vazio demográfico, à natureza selvagem. Inferno ou paraíso verdes: o sinal das classificações oscila entre o extremamente positivo ou negativo, mas a imagem de natureza selvagem, sem gente, pouco muda (BRIANEZI, 2008).

De acordo com Novaes (2011), devido a impossibilidade de ir a todos os lugares, o professor traz os lugares para dentro da sala de aula através de textos e imagens, limitando-se à tarefa de descrever e apresentar distintas porções do espaço terrestre para o aluno. É precisamente por se restringir nesta forma de usar a imagem que o autor busca problematizar.

Nesse sentido, Novaes menciona o antropólogo e fotógrafo brasileiro Milton Gurán (apud NOVAES, 2011), que identificou duas formas de usar as imagens na antropologia que podem ser pensadas no contexto do ensino da geografia:

Por um lado, pode-se utilizar uma imagem "para contar", quando trabalhamos com a ideia de registro e verossimilhança. Por outro, a imagem pode ser utilizada "para descobrir", quando buscamos discutir as seletividades atuantes nos processos de produção e recepção das imagens (NOVAES, 2011, p. 12).

Isto implica dois modos de se apropriar das imagens para auxiliar na difusão do conhecimento geográfico, ainda segundo este mesmo autor:

Quando um etnógrafo “registra” um ritual indígena ou um geógrafo ‘registra’ as paisagens em um trabalho de campo, essas imagens são geralmente utilizadas “para contar”. Elas seriam os "signos verdadeiros do que foi fotografado". Já quando um antropólogo mostra a foto de uma mão cheia de calos para discutir os significados do trabalho com um grupo de camponeses, ou quando um geógrafo analisa um mapa imperial como um símbolo de poder e apropriação territorial, essas imagens são necessariamente "interpretadas", utilizadas "para descobrir" as seletividades envolvidas no seu processo de produção e difusão (NOVAES, 2011, p. 12).

Entretanto, segundo Novaes (2011), os professores têm superdimensionado o uso de imagens que “contam”, ou seja, eles buscam utilizar imagens que ratifiquem suas afirmações, de modo que os alunos não têm a oportunidade de *interpretar* as imagens, tornando o processo de ensino-aprendizagem unidimensional porque o aluno não participa da produção do conhecimento. A imagem representa a perspectiva do professor e o aluno nunca é consultado sobre o que vê.

Ao mostrar uma foto ou um mapa de uma determinada região, o professor geralmente "sugere sua presença" na sala de aula, contando como "é" o nordeste, a China ou o Oriente Médio. Dificilmente essas imagens são utilizadas "para descobrir" as seletividades existentes na sua produção ou na sua recepção pelos alunos (2011, p. 12-13).

Porém, uma imagem não necessariamente permitirá a mesma interpretação para todos os alunos. É o que atesta Lefèbvre, citado em Novaes, que evidencia:

[...] as múltiplas interpretações que as crianças podem elaborar sobre uma mesma fotografia. Ao retirar a legenda de uma foto da nascente de um rio e solicitar que os alunos descrevessem o que viam, Lefèvre observou que poucos alunos identificaram o conteúdo da imagem e muitos a descreveram como uma "construção" ou um "barranco" (LEFÈBVRE apud NOVAES, 2011, p. 13).

É diante disso que Novaes (2011, p. 13) levanta o seguinte questionamento: “até que ponto os nossos alunos veem nas imagens aquilo que estamos querendo mostrar?”.

Estes questionamentos nos forçam mencionar a seguinte questão; ao investigar o conceito da palavra *representação*, Jacques Aumont, citado por Roberto Souza Ribeiro afirma que:

De fato, a noção de “representação” e a própria palavra estão carregadas de tantos estratos de significação acumulados pela história, que é difícil atribuir-lhes um único sentido, universal e eterno. Entre uma representação teatral, os representantes dos povos na câmara, a representação fotográfica e pictórica, há enormes diferenças de status e de intenção. Mas, de todos esses usos da palavra, pode-se reter um ponto comum: a representação é um processo pelo qual se institui um representante que, em certo contexto limitado, tomará o lugar do que representa (AUMONT apud RIBEIRO, 2012, p. 67).

A partir disso, a palavra “representação”, analisada sob um prisma geográfico, deveria ser tomada como sinônimo de *estar no lugar de*, conforme Ribeiro ressalta na obra de Oliveira Jr.:

Representar aqui, está no sentido de **estar-no-lugar-de** e não de **ser-o-mesmo-que**. No entanto, notadamente no que se refere às fotografias, aos filmes e às obras televisivas, esta distinção é quase sempre apagada, um sentido tornando-se outro... (OLIVEIRA apud RIBEIRO 2012, p. 68, grifos do autor).

Admite-se, com isso, a importância da descrição por parte do aluno. Por meio da descrição, o aluno é conduzido a *ler* ou *interpretar* as imagens partindo de seus conhecimentos prévios. As imagens deveriam ser tomadas como “instrumentos de descoberta” (GOMES & RIBEIRO, 2013, p.). Se partimos do pressuposto de que olhar a paisagem é uma operação relacionada à história, à cultura, à influência do lugar de origem e às concepções prévias de mundo daquele que percebe, então o uso da imagem deve permitir uma multiplicidade de interpretações.

De acordo com Asari, Antonielo e e Tsukamoto, ao combater o uso de imagens como meras ilustrações de textos em livros didáticos que resultam na ênfase à memorização e a repetição pura e simples do que é ensinado, julgam que:

[...] a utilização da fotografia pode estimular a observação e descrição das paisagens pelos alunos, preparando-os para tirarem suas próprias conclusões e elaborarem soluções para problemas da sua realidade, e não apenas como uma ilustração do conteúdo geográfico ministrado (ASARI; ANTONIELO; TSUKAMOTO, 2004, p. 183).

Seguindo as proposições de Ribeiro (2012), que buscou por meio da foto-sequência uma forma de inibir leituras estereotipadas de imagens:

Quando adentramos, por exemplo, uma sala de aula e perguntamos como é o sertão nordestino recebemos quase sempre as mesmas respostas: 'é seco, tem pobreza, não há água, não tem nada'. Como eles adquiriram esses conhecimentos? Podemos dizer que grande parte desse conhecimento vem de imagens fotográficas utilizadas pelos professores de geografia, cujas representações das paisagens e espaços se dão por cenários estereotipados. Sim, no sertão pode haver falta de água, mas é só isso? Tentando inibir esse tipo de imagem geográfica estereotipada, acreditamos que a utilização da foto-sequência pode servir como mais uma metodologia de ensino, em que o próprio aluno representa e apresenta o espaço geográfico por sua visão que precisa ser alargada para além daquilo que a imagem representa (RIBEIRO, 2012, p. 69).

Este debate levanta a necessidade da instrução crítica do olhar. A importância da imagem na atualidade expressa-se também no fato de que é, em grande parte sustentada nela que alguns setores da sociedade, apoiados na mídia, buscam inculcar um modelo de mundo (BRASIL, 1998).

O que discutimos, nesse sentido, é possibilitar condições para que os alunos possam olhar a imagem tendo claro a ideia de que ela é fruto de escolhas e exclusões de quem a produziu. Mesmo que ela represente um lugar, uma cultura, etc., ela não esgota seu objeto representado; e nem representa o todo do que se quer representar.

Podemos concluir que o grau de credibilidade das imagens - bem como o conteúdo confiável de cada imagem - é resultado de um processo complexo, no qual perpassam a natureza da imagem obtida por procedimentos mecânicos ou eletrônicos; a característica de representação da atualidade das imagens; e o compromisso com a verdade, assumido pelo contexto de comunicação onde essas imagens aparecem, seja numa conversa entre amigos, um telejornal, um livro didático, um artigo científico. Mas a credibilidade não se ampara somente nesse tripé: penetra a própria linguagem com a qual as imagens são criadas ou postas narrativamente (OLIVEIRA. apud RIBEIRO, 2012, p. 69).

Esta citação faz menção ao “compromisso com a verdade”, que pode ser discutível em alguns casos. Vide, por exemplo, a forma como o nordeste brasileiro é apresentado na imprensa brasileira que, de modo geral, é retratado como a região da seca, como se quisesse justificar os problemas sociais dessa região.

Entendemos que a geografia ensinada nas escolas pode acabar engessando a capacidade dos alunos quanto à interpretação do mundo, mesmo que seja aquele do seu próprio convívio, pois os mesmos ficam presos às imagens ilustrativas utilizadas nos livros didáticos:

Quando um aluno vê repetidamente imagens relativas à poluição ambiental, aos rios sujos, ao tentar reproduzir tal imagem relativa à geografia, seu foco será o mesmo rio sujo, ainda que no lugar onde ele viva o rio não seja poluído ou não haja rio algum. Neste caso, onde fica a pureza da percepção local? Onde ou como os alunos representam seu cotidiano? (RIBEIRO, 2012, p. 70).

A imagem como linguagem alternativa no ensino deve ser um meio de observação e uma provocação ao debate, seja por meio da descrição feitas pelos alunos ou através da comparação com a interpretação que de outros alunos. Novaes destaca a precaução do livro didático de José Carlos Moreira e Eustáquio de Sene intitulado *Trilhas da Geografia* (apud NOVAES, 2011, p.13)

[...] de que os alunos descrevam inicialmente o que veem nas imagens apresentadas”. A partir da apresentação de uma fotografia representando uma cidade brasileira, os autores indagam ao aluno o que há na imagem e pedem que eles comparem com a descrição de seus colegas. Buscando estimular a ‘leitura de imagens’ [...] O texto do livro busca claramente desestabilizar a ideia de verossimilhança das imagens, afirmando que as paisagens serão trabalhadas em sala de aula através de diferentes linguagens e que estas "alteram a maneira como a paisagem é representada" (NOVAES, 2011, p. 13).

Para os autores citados, a importância da interpretação das imagens do livro didático reside no fato de que dois observadores podem fazer leituras muito distintas, “porque cada um tem seu ponto de vista, destacando uns aspectos e outros não” (MOREIRA & SENE apud NOVAES, 2011, p. 14). Este novo uso das imagens seria uma tendência epistemológica no âmbito da geografia cultural nos países de língua inglesa. Na esteira desse processo, caberia

papel de destaque ao professor Roger Robinson que buscou propor metodologias para “quebrar generalizações simplistas e estereótipos grosseiros”, partindo de uma perspectiva de representação enquanto substituição e ausência (ROBINSON apud NOVAES, 2011, p. 14), semelhante à reflexão sobre as já citadas diferenças entre a ideia de representação como *estar-no-lugar-de* em detrimento de *ser-o-mesmo-que* sugerido por Oliveira Jr.¹¹

Conforme destacou Novaes, Robinson (apud NOVAES, 2011) propõe que:

[...] ao mostrar uma foto para discutir uma determinada região ou país, o professor de geografia não deve necessariamente construir imediatamente uma narrativa coerente sobre as condições sociais ou o modo de vida local. É possível também trabalhar com a recepção dos alunos, solicitando que legendem a foto e construam histórias a partir dos seus personagens (NOVAES, 2011, p. 14-15).

Esta metodologia provoca o aluno a fazer suas próprias interpretações das imagens ciente de que ela é fruto de uma escolha de enquadramento e que, portanto, os próprios alunos podem fazer os seus enquadramentos. É com esta ideia que Robinson (apud NOVAES, 2011, p. 14-15) descreve uma atividade feita em sala de aula enquanto trabalhava com países africanos “desconhecidos para a maioria dos ingleses” – no caso, Gana. A atividade consiste em pedir que os alunos cubram partes específicas de uma fotografia que retrata uma conversa entre três pessoas do país em questão. O intuito da atividade é discutir “questões relativas à alteridade, explorando as concepções prévias dos alunos sobre os espaços estudados nas aulas de geografia” (NOVAES, 2011, p. 14). Em última análise, a atividade descrita por Robinson procura fazer com que os alunos expressem “suas próprias ideias” indagando-os com questões do tipo: como se sentiriam se estivessem na cena representada, isto é, entre aquelas pessoas retratadas na foto?

As respostas destacam a sensação de insegurança que sentiriam e que não os atinge na sala de aula, abrindo um caminho interessante para se iniciar uma discussão sobre alteridade e recepção das imagens. "Eu me sentiria estranho e não saberia o que dizer", declarou um dos alunos (NOVAES, 2011, p. 15).

¹¹ Afinal, não é isso que o pintor surrealista belga René Magritte (1898-1967) quis dizer quando escreveu na sua obra mais famosa - *La trahison des images* (A traição das imagens) - a frase “*Ceci n’est pas une pipe*” (Isto não é um Cachimbo), contradizendo o que o olho enxerga?

Isto permite o surgimento de elementos que não seriam possíveis pela simples observação “passiva” de uma imagem que serve apenas para confirmar argumentos do professor.

Ao estimular os alunos a atuarem "como detetives", observando trechos separados da fotografia para compreender o processo seletivo do enquadramento, as propostas de Robinson (1988) apontam caminhos interessantes para o uso da imagem na difusão do conhecimento geográfico. Antes de mostrar a fotografia de Gana, Robinson sugere que os alunos façam uma lista sobre o que esperam ver ao tratar desta parte do globo, para posteriormente discutirem o que falta e o que lhes surpreendeu na fotografia selecionada (NOVAES, 2011, p. 15).

Ressalte-se que Novaes destaca que, no intuito de exercitar a alteridade por meio da seleção e da leitura de imagens, Robinson (apud NOVAES, 2011, p. 16) sugeriu que os alunos escolhessem imagens para:

[...] representar o seu próprio lugar para uma pessoa distante. Ao discutir as imagens escolhidas o professor deveria buscar padrões para evidenciar as lógicas de inclusão e exclusão aplicadas pelos alunos. Considerando a performance tradicional do professor de geografia, talvez esse tipo de exercício seja importante para a disciplina. Através desses caminhos metodológicos, o professor pode trabalhar o reconhecimento de que a representação de um espaço é sempre uma reconstrução, feita através de critérios específicos.

Com isso, cremos que a imagem, aqui assumida como parte da natureza da geografia, deve servir de instrumento por meio do qual o professor convoca o aluno a interpretar o espaço geográfico em suas múltiplas dimensões (concreta, sócio-cultural, relações de poder, dimensões culturais) partindo de suas próprias experiências com o intuito de promover a participação na elaboração do conhecimento geográfico, num constante diálogo com o professor. Esta postura confere ao aluno o lugar de sujeito na produção do conhecimento na medida em que permite que ele resignifique o conhecimento que lhe é apresentado.

Entendemos que a imagem não deve ser tomada como “signo de verdade” porque não dá oportunidade do aluno exercitar o olhar; de indagar o que vê. O aluno que não questiona o olhar continuará reproduzindo os estereótipos disseminados pelos jornais, revistas, canais de

televisão, internet e no próprio estudo espaço geográfico. Aqui residiria a importância da “educação do olhar” que entendemos se tratar também de uma herança da geografia vidaliana.

Já citamos antes neste trabalho, mas cremos ser importante fazê-lo novamente: uma vez perguntado em que se distingue o geógrafo, Jean Brunhes – amigo e discípulo de Vidal – respondeu que “Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver. Não vê quem quer” (BRUNHES apud RIBEIRO, 2008, p. 82).

Para Dantas e Morais (2007) “saber olhar é descongelar sentidos estabelecidos, paradigmas já consagrados, interpretações cristalizadas, imagens congeladas e fixas”. Para estas autoras, o par congelamento-descongelamento é uma estratégia metodológica apoiada na estrutura de nossa percepção do real que deve ser entendido da seguinte forma:

Como metáfora, o congelamento e o descongelamento são fontes de fabricação do real. Esses dois estilos de pensar, que se parasitam entre si, revelam formas de ver, vivenciar e interpretar a cultura; fixam padrões de estabilidade e repetição, ao mesmo tempo em que elaboram processos de ressignificações e desvios. Podemos compreender a cultura a partir dessas duas dinâmicas oscilatórias que se retro-alimentam e arquitetam filtros por onde trafegam correntes de informações, conhecimentos, linguagens e práticas históricas.

Dito de outra forma, entende-se que a forma como olhamos e construímos o mundo se faz por meio de um par inseparável e simultâneo de congelamento-descongelamento em que o congelar refere-se ao “imperativo humano de ordenar e estabelecer regras, conceitos, teorias e modelos de explicação” (DANTAS & MORAIS, 2011) enquanto o descongelamento diz respeito ao campos dos signos atribuídos socialmente ao mundo. Sendo assim:

O educador ao manusear as fotografias como fermento das práticas educativas, não vê somente a leitura que foi feita de um tempo, de uma pessoa, de um objeto. Compreende também, a topografia dos espaços, dos olhares. Se imiscui na trama explícita que secreta histórias indizíveis, reconhecendo o passado, o presente, mas também a transcendência como condição para projetar o futuro. A fotografia congela, sem subterfúgios, os processos espaciais que a geografia analisa, em suas dinâmicas mecânicas e simbólicas, culturais e materiais. Descongelar o que está registrado é inventariar as formas de utilização do espaço, descrever as maneiras como o homem explora e transforma a natureza em recurso para atender as “necessidades” humanas. Mas também, significa captar o riso e a dor que habitam os interstícios da cultura; escutar o canto e o silêncio da paisagem; descobrir a festa e as crenças que transformam os espaços em cenários de comunhão e seletividade social; decodificar os signos e símbolos que

alimentam a condição humana. Na imagem encontramos a força da natureza e da cultura como um espetáculo que põe em diálogo a rede simbólica e material se espalhando em todas as direções (DANTAS & MORAIS, 2011).

Cabe, então, frisar uma questão importante: certamente não sugerimos a interdição da imagem enquanto testemunha; aquela que “conta” de modo a confirmar os argumentos do professor, mas reafirmamos que o uso das imagens não deve aí se restringir. Segundo Novaes:

De fato, não há motivo para que uma aula sobre erosão, por exemplo, não mostre como este processo ocorre através de fotografias. Tampouco seria recomendável que parássemos de utilizar fotografias antigas para apresentar como "era" a paisagem do centro de uma cidade no passado (NOVAES, 2011, p. 17).

No entanto, estes usos das imagens devem auxiliar na promoção de maior consciência e criticidade. É com este fim, conforme destaca Novaes, que Rose (apud NOVAES, 2011, p. 17), por meio de uma metodologia visual crítica ensaiou:

[...] uma apropriação mais consciente das imagens na difusão do conhecimento geográfico. Como ‘crítica’, a autora entende uma postura que busque pensar o ‘visual’ através de uma articulação com significados culturais, práticas sociais e relações de poder (NOVAES, 2011, p. 17).

Considerações finais

Procuramos, neste trabalho, ponderar sobre as contribuições de Vidal acerca da ciência geográfica. Destacamos o fato de que, ainda que seja possível reconhecer as influências do positivismo no pensamento do autor, é pouco aprisioná-lo a este rótulo. Qualquer leitura imprudente de sua obra exclui, por exemplo, o fato de que ele edificou uma ciência interdisciplinar, haja vista que julgava imperioso assumir o papel do meio na vida humana. Admitido o fato de que o objeto de investigação era a relação entre os homens e o meio, ele dialogou constantemente com a Biologia, com a Ecologia e com a Geologia. Porém, Vidal nunca corroborou as teses deterministas para explicar a marcha da humanidade na medida em que ela atua de modo a transformar a natureza em seu proveito. Nesse caso, o diálogo era com a Sociologia, com a Etnografia e com a História. Devido a esta característica interdisciplinar,

a geografia edificada por Vidal foi duramente criticado. Na esteira desta discussão, Ribeiro afirma que:

No momento em que o campo científico dedicava-se a buscar a especificidade de seus domínios, a Geografia não se encerrava em si mesma : seja por causa do alcance do objeto, que abarcava a relação homem-meio por toda a superfície terrestre e exigia o domínio de uma série de conhecimentos, seja por conta do estatuto “híbrido”, ora inclinada a uma abordagem mais naturalista, ora ressaltando a dinâmica propriamente humana, nesse jogo de equilíbrio instável Vidal esboça uma Geografia do contato e da aproximação com as Ciências Humanas e Naturais. Exemplo disso é que, ao mesmo tempo em que a inscreve no grupo destas últimas, é o idealizador do termo “Geografia Humana”, cuja raiz não é outra senão a Antropogeografia ratzeliana — que, por sua vez, também mescla elementos de Etnografia, História e Ecologia (RIBEIRO, 2010, p. 12)

Tentamos ressaltar, ainda, o fato de que ele evitou o estabelecimento de uma lei geográfica: “Pelo contrário : ele recorre insistentemente à *descrição*, advertindo-nos acerca do perigo das generalizações ‘prematuras’, ‘vagas’ e ‘excessivas’” (RIBEIRO, 2010, p. 9). Eis a importância da descrição: a aproximação com os fenômenos, a busca pela identificação em de todas as suas peculiaridades. Diante deste quadro, o trabalho de campo ganha uma grande importância. Segundo Claval:

O geógrafo é de início um homem de campo. Deve fazer prova de um senso agudo de observação e ter o ‘olho de geógrafo’, como diziam então; é um dom que permite decifrar, na multiplicidade de formas oferecidas pela paisagem — ou pelos mapas — os traços realmente significativos. *O geógrafo é um ser de intuição* (CLAVAL apud RIBEIRO, 2010, p. 17, grifo nosso)

Além disso, tentamos esclarecer a polêmica em torno de uma suposta análise reduzida à região praticada por Vidal. De acordo com Ribeiro, Yves Lacoste apontava o conceito de região como verdadeiro “‘conceito-obstáculo’ a impedir a apreensão dos planos nacional e mundial” (RIBEIRO, 2008, p. 78). Entretanto, leituras assim ignoram o principal fundamento da geografia vidaliana: o princípio da unidade terrestre, obrigando que o geógrafo considerasse o fato de fenômenos das mais diversas escalas concorrendo para compor as realidades regionais. Isto precipitou ideias como “dependência dos lugares em relação aos outros, o entrelaçamento de escalas” (RIBEIRO, 2008, p. 78).

Desse modo, gostaríamos de lembrar o que afirmou Gomes (2011) que, ao versar sobre Vidal, apresenta um geógrafo extremamente complexo. Embora o mestre francês não tenha explicitado um referencial a partir do qual analisa as relações do homem com o meio, seus estudos a esse respeito não podem ser caracterizados como um simples descritivismo ou empirismo. Gomes afirma que “Vidal não se restringiu a descrever as realidades, ele também criou categorias, noções gerais interligadas que constituem a própria base de seu discurso teórico” (GOMES, 2011, p. 198). No limite, Gomes questiona uma armadilha montada por parte de alguns intérpretes contemporâneos na qual se considera apenas influências racionalistas no pensamento vidaliano.

Não por acaso, Carl Sauer diverge dos franceses Lucien Febvre e de Henri Berr porque situavam Vidal e os geógrafos alemães em campos opostos. De acordo com os geógrafos alemães, as “influências geográficas” deviam estar presente no estudo da história dos homens, algo que os franceses em questão julgavam ser exagero. Por outro lado, segundo Febvre e Berr, Vidal era mais afeito ao racionalismo científico. É precisamente aqui que reside a crítica de Sauer. Segundo ele, Vidal nunca foi um geógrafo muito inclinado para o racionalismo: “O racionalismo já viu dias melhores” (SAUER apud GOMES, 2011, p. 235). É por este caminho que Gomes segue, buscando argumentar que Vidal é influenciado por várias correntes filosóficas do último quartel do século XIX, inclusive aquele experimentado pelo movimento intelectual francês que se inspira no romantismo alemão e na *Naturphilosophie*.

Creemos, ainda, que Vidal foi, antes de mais nada, um grande professor de geografia. Suas lições ressaltam a necessidade de produzir o conhecimento geográfico por meio do olhar, possibilitando o exercício de uma sensibilidade característica do geógrafo. Jean-Marc Besse afirma que “(...) a geografia deve se articular a uma epistemologia dos saberes visuais, ou, mais exatamente, a uma indagação geral sobre o julgamento do olhar” (BESSE, 2006, p. 74). Se considerarmos que ele se servia de sua intuição no ato de descrever uma paisagem, podemos crer que ele põe a geografia no rol das ciências interpretativas. Discípulo de Vidal, Jules Sion (1879 - 1940), citado por Gomes, chega afirmar que a descrição empreendida por seu mestre é uma arte. Para ele:

É a obra de um sábio, do qual eles admiram o método rigoroso de investigação, a fecundidade das observações. Mas esta análise científica só revela toda sua personalidade no momento em que ele acrescenta a ela a alma de sua descrição: a evocação de uma paisagem, não mais analisada, mas sugerida, e a impressão que dela resgata. Impressão que não tem nada de excepcional, que experimentaríamos muitos viajantes sensíveis à beleza da

natureza e á lembrança do passado; impressão, no entanto, intuição frequentemente profunda (SION apud GOMES, 2011, p. 211).

Trata-se, sem dúvida, de uma grande contribuição para o ensino de geografia: a importância do *interpretar*. O estudante de geografia deve ser instigado a exercitar o olhar. Vidal dizia que “mesmo a imagem precisa ser explicada e interpretada” (VIDAL DE LA BLACHE, 1943, p. 20). É possível seguir essas pistas, entendendo que o uso das imagens - assumidas como representação e que, portanto, não representam apenas uma realidade objetiva - pode favorecer uma “educação do olhar” e, por conseguinte, uma educação para o mundo das imagens no qual estamos imersos, conforme aponta Dantas e Morais (2007). Estas imagens podem estar grafadas ou impressas na paisagem.

Olhar implica um movimento duplo: por um lado biológico, por outro, cultural. Se nascemos biologicamente preparados para olhar, precisamos “ascender às centelhas de informações que circundam o mundo das metáforas, reino mais pleno da produção de sentido, para compreendermos o que está a nossa volta” (DANTAS & MORAIS, 2007). Olhar uma imagem provoca o sujeito a preenchê-la de sentido. Então, ensinar a olhar é ensinar a interpretar sentidos historicamente atribuídos. Assim, se nos perguntassem, responderíamos que o desafio do professor de geografia é este: ensinar a olhar.

Referências Bibliográficas

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**. Introdução ao jogo e suas regras. 20ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ARTEFATO. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 82.

ASARI, Alice Yatyio; ANTONELLO, Ideni Terezinha; TSUKAMOTO, Ruth Youko (Orgs.). **Múltiplas Geografias: ensino – pesquisa – reflexão**. Londrina: Humanidades, 2004.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. IN: CORRÊA, Roberto Lobato E ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 239-245.

BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia (1º e 2º ciclos do ensino fundamental)**. Brasília: MEC, 1998.

BRIANEZI, Thaís. **A nova cartografia social da Amazônia**. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/a-nova-cartografia-social-da-amazonia>. Acesso em 18 mai. 2014.

CABRAL, Luis Otávio. A paisagem enquanto fenômeno vivido. Florianópolis: **Geosul**, v.15, n.30, p 34-45, jul./dez. 2000.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GRÜN, Mauro; AVANZI, Maria Rita. Paisagens da compreensão: contribuições da hermenêutica e da fenomenologia para uma epistemologia da educação ambiental. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 77, p. 99-115, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n77/a07v2977.pdf>. Acesso em 17 maio 2014.

CARVALHO, Marcos Bernardino. **Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904)**. Biblio 3W/. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº 34, jun de 1997. Universidade de Barcelona, Departamento de Geografia Humana: Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit>. Consultado em 07 de abril de 2014

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: apresentando uma antologia. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 7-14.

COSTA, Alexandre Araújo. **Direito e Método: diálogos entre a hermenêutica filosófica e a hermenêutica jurídica**. Brasília, 2008. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, 2008.

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. IN: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 245-276.

DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **O ensino de geografia e a imagem: universo de possibilidades**. Porto Alegre: IX Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FENOMENOLOGIA. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 448.

FERREIRA, A. M. C. **O Destino como Serenidade**. Síntese, Belo Horizonte, v. 30, n.97, p. 249-262, 2003.

GIRÃO, Oswaldo; LIMA, Surama Ramos. O ensino de Geografia versus leitura de imagens: resgate e valorização da disciplina pela “alfabetização do olhar”. **Geografia Ensino & Pesquisa**, vol. 17, n. 2, p. 88-106, maio/ago. 2013. Disponível em <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/geografia/article/view/10774/pdf>. Acesso em 18 Mai. 2014.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa; RIBEIRO, Letícia Parente. A Produção de imagens para a pesquisa em Geografia. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 33, p.27-42, jan/jun. 2013. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>. Acesso em 18 mai. 2014.

HAESBAERT, Rogério. Vidal e a multiplicidade de abordagens regionais. In: HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais**. Textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, ano II, nº 3, p. 77-85, jul./dez. 1997.

_____. O lugar na Geografia Humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. ano IV, nº 7. p. 67-78. jul./dez. 1999.

_____. Carl O. Sauer (1889-1975). Niterói/Rio de Janeiro: **GEOgraphia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, vol. 2, n. 4, p. 135-136, 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia>. Acesso em: 03 Mai. 2014.

_____. A geografia humanista: uma revisão. IN: CORRÊA, Roberto Lobato. e ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 165-178.

LIMA, Cláudia Lins; STEINKE, Valdir Adilson. Atividades de extensão universitária na formação docente em geografia: a importância da iconografia. **Revista Didáticas Específicas**, nº 5, 2011

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2009.

MACIEL, C. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada ontogenoseológica. Niterói/Rio de Janeiro: **GEOgraphia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, vol. 3, n. 6, p. 71-82, 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia>. Acesso em 10 Mai. 2014.

MALAGODI, Marco Antonio Sampaio. Geografias do dissenso: sobre conflitos, justiça ambiental e cartografia social no Brasil. **Espaço e Economia** [Online], n. 1, ano 1, 2012. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/136>. Acesso em 18 de Maio de 2014.

MARIA, Yanci Ladeira. **Paisagem: entre o sensível e o factual. Uma abordagem a partir da geografia cultural**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/>>. Acesso em 29 de abril de 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. São Paulo: Annablume, 2005.

NAME, Leo. O conceito de paisagem na geografia e sua relação com o conceito de cultura. **GeoTextos**, vol. 6, n. 2, p. 163-186, dez. 2010.

NASCIMENTO, João Paulo da Costa. **Abordagens do pós-moderno em música: a incredulidade nas metanarrativas e o saber musical contemporâneo**. SciELO-Ed. UNESP, 2011.

NOVAES, André Reyes. Uma Geografia visual? Contribuições para o uso das imagens na difusão do conhecimento geográfico. Rio de Janeiro. UERJ, **Espaço e Cultura**, n. 30, p.6-22, Jul/dez. 2011.

NUNES, Celso. A paisagem como teatro. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p.215-223.

OZOUF-MARIGNIER, Marie Vic; ROBIC, Marie Claire. A França no limiar de novos tempos: Paul Vidal de La Blache e a regionalização. Niterói/Rio de Janeiro. **GEOgraphia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, v. 9, n. 18, p. 7-31, 2007.

PASSOS, Messias Modesto. A conceituação da paisagem. Presidente Prudente. **Revista Formação**, v. 7, nº.1, p. 131-144, 2001.

POZZO, Renata Rogowsk; VIDAL, Leandro Moraes. O conceito geográfico de paisagem e as representações sobre a ilha de Santa catarina feitas por viajantes dos séculos XVIII e XIX. **Revista Discente Expressões Geográficas**, nº 06, ano VI, p. 111-131. Florianópolis, junho de 2010.

REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce Maria.; HEIDRICH, Álvaro. (orgs) O Ensino de Geografia como uma Hermenêutica Instauradora. **Terra Livre**. n. 16, p. 169-194, 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria. Pesquisa de Campo em Geografia. Niterói/Rio de Janeiro: **GEOgraphia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, vol. 4, n. 7, p. 64-68, 2002. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/>. Acesso em: 14 maio 2014.

RIBEIRO, Guilherme. Paul Vidal De La Blache (1845 - 1918) - A Geografia Humana Vidaliana e a Ciência Moderna em finais do século XIX e início do XX. Niterói/Rio de Janeiro: **GEOgraphia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, vol. 8, n. 16, p. 117-119, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/>. Acesso em: 11 maio 2014.

_____. **Espaço, tempo e epistemologia no século XX**: A Geografia na obra de Fernand Braudel. Niterói : [s.n.], 2008 (Tese de Doutorado).

_____. Para ler Geografia ou a Geografia segundo Lucien Febvre, **Terra Livre**, São Paulo/SP, Ano 25, V.1, n. 32, p. 121-136, Jan-Jun/2009.

_____. **A Geografia e o desafio da modernidade: La France de L'este (Lorraine-salce) cem anos depois**. Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [on line]. Vol. XVI, nº 934. Barcelona: Universidad de Barcelona, julio de 2011. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-934.htm>. Acesso em 10 de maio de 2014.

_____. Geografia Humana: fundamentos epistemológicos de uma ciência. In: HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO, Guilherme (orgs.). **Vidal, Vidais**. Textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. Babel insaciável. Modernidade e urbanização nos Estados Unidos Conforme Paul Vidal de La Blache. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 14, n. 1, 2012a.

_____. Interrogando a ciência: a concepção vidaliana da geografia. **Confins**. Revista Franco-Brasileira de Geografia. n. 8, 2010. Disponível em: <http://confins.revues.org/>. Consultado em 07 Abril de 2014.

_____. Fernand Braudel e a geo-história das civilizações. **História Ciência Saúde-Manguinhos**, vol.18, n.1 p. 67-83, jan/março 2011. Disponível em: <http://www.revistahcsmanguinhos.coc.fiocruz.br>. Acesso em 28 de abril de 2014.

RIBEIRO, Roberto Souza. A foto-sequência no auxílio ao ensino de geografia: um olhar sobre a inclusão educacional. **Geograficidade**, v. 2, Número Especial, p. 64-82, Primavera 2012. Disponível em: <http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade>. Acesso em 9 Maio 2014.

RISSO, Luciene Cristina. Paisagens e Cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. Rio de Janeiro: UERJ, **Espaço e Cultura**, n. 23, p. 67-76, Jan/Jun 2008.

SÁNCHEZ, Juan Vicente Caballero. **Concideraciones sobre la naturaleza hermenêutica de la descripción geográfica**. Grupo de Investigación Estructuras y Sistemas Territoriales (GIEST), Andaluzia, 2007. Disponível em: <http://www.upo.es/> . Acesso em 02 de maio de 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed., São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Paulo César Gondim da. **A fenomenologia de Husserl: uma breve leitura**. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/filosofia/a-fenomenologia-husserl-uma-breve-leitura.htm>. Acesso em 17 maio 2014.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. Curitiba: **R.Ra´E GA**, n.7, p.79-85, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

THOMAZ, Tatiana dos Santos. Geografia e Fotografia: relação entre paisagem, espaço e imagem. **Espaço e Geografia** (UnB), v. 15, p. 517-549, 2012.

WÄCHTER, Adriane Schrage. A percepção da paisagem. Pelotas: Seminário de História da Arte-Centro de Artes-**UFPel**, vol. 2, n. 1, 2012.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. **Princípios de Geografia Humana**. Lisboa: Cosmos, 241p., 1954 [1921].

_____. Estradas e caminhos da antiga França. Niterói/Rio de Janeiro: **GEOgraphia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF, vol. 8, n. 16, p. 120-129, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/>. Acesso em: 12 Mai. 2014.

_____. A geografia na escola primária. **Boletim do Conselho Nacional de Geografia** (IBGE), ano 1, n. 1, p. 18-24, 1943.

_____. Da interpretação geográfica das paisagens. In: HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO, Guilherme (Orgs.). **Vidal, Vidais**. Textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. As divisões fundamentais do território francês. In: HAESBAERT, Rogério, NUNES PEREIRA, Sergio, RIBEIRO, Guilherme (Orgs.). **Vidal, Vidais**. Textos de geografia humana, regional e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.